Monárquias Ibéricas.indb 1 13/12/18 14:55

Monárquias Ibéricas.indb 2 13/12/18 14:55

ICS Imprensa de Ciências Sociais

Monárquias Ibéricas.indb 3 13/12/18 14:55

Esta publicação teve o apoio de:

– Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (España), através do projecto «Imperios de papel: textos, cultura escrita y religiosos en la configuración del Imperio portugués de la Edad Moderna (1580-1668)». HAR2014-52693-P.

– CHAM (NOVA FCSH–UAc) através do projecto estratégico financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2013)

– Casa de Velazquez

Monárquias Ibéricas.indb 4 13/12/18 14:55

Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (séculos XVI-XVIII)

Dinâmicas imperiais e circulação de modelos político-administrativos

Ângela Barreto Xavier,
Federico Palomo e Roberta Stumpf
(organizadoras)

ICS Imprensa de Ciências Sociais

Monárquias Ibéricas.indb 5 13/12/18 14:55

Imprensa de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600–189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII) : dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos / org. Ângela Barreto Xavier, Frederico Palomo e Roberta Stumpf.
- Lisboa : ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2018. -
ISBN 978-972-671-508-5
CDU 94(469)

© Instituto de Ciências Sociais, 2018

Conceção gráfica: João Félix - Artes Gráficas
Capa: Mário Félix
Revisão: Levi Condinho (português) e Elisa García Prieto (espanhol)
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 448 217/18
1.ª edição: Dezembro de 2018

Índice

Os autores 11
Pensar as Monarquias Ibéricas de forma comparada 17
Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e *Roberta Stumpf*

Parte I
Quadros político-administrativos

1. A estrutura territorial das monarquias ibéricas 51
Pedro Cardim e *António Manuel Hespanha*
2. El Patronato Real en la América Hispana: fundamentos y prácticas 97
Ignasi Fernández Terricabras
3. O padroado da coroa de Portugal: Fundamentos e práticas 123
Ângela Barreto Xavier e *Fernanda Olival*

Parte II
A administração civil

4. Prácticas de gobierno: instituciones, territorios y flujos de comunicación en la Monarquía Hispánica 163
María Victoria López-Cordón Cortezo
5. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império 209
Maria Fernanda Bicalho e *Nuno Gonçalo Monteiro*
6. Las *poco* y las *más repúblicas*. Los gobiernos indios en la América española 237
Ana Díaz Serrano
7. O império português face às instituições indígenas (Estado da Índia, Brasil e Angola, séculos XVI-XVIII) 271
Catarina Madeira-Santos

8. As finanças do rei de Espanha nas Índias. Estruturas administrativas, serviço régio e interesses familiares vistos a partir do vice-reinado da Nova Espanha 303
Michel Bertrand
9. O governo da Fazenda no império português 325
Susana Münch Miranda e *Roberta Stumpf*
10. Justicia y letrados en la América Ibérica: administración y circulación de agentes en perspectiva comparada 351
Nuno Camarinhas e *Pilar Ponce Leiva*

Parte III
Administração militar

11. Ejército y reformas militares en la Monarquía Hispánica a ambos lados del Atlántico. Un análisis en perspectiva comparada (siglos XVI-XVIII) 387
Antonio Jiménez Estrella e *Francisco Andújar Castillo*
12. Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (séculos XV-XIX) 431
Vítor Luís Gaspar Rodrigues e *Miguel Dantas da Cruz*

Parte IV
Administração eclesiástica

13. Las instituciones eclesiásticas en la Monarquía Hispánica..... 481
Ana de Zaballa Beascoechea
14. Estruturas eclesiásticas da monarquia portuguesa. A Igreja diocesana 513
Evergton Sales Souza
15. La misión en los espacios del mundo ibérico: conversiones, formas de control y negociación 543
Aliocha Maldavsky e *Federico Palomo*

Bibliografia 593

Monárquias Ibéricas.indb 8 13/12/18 14:55

Índice de figuras

Introdução
Figura 1: Mapa dos impérios ibéricos, c. 1580 14-15

Cap. 2
Figura 1: Diócesis americanas hasta 1620..... 115

Cap. 3
Figura 1: Arquidiocese do Funchal, c. 1534 149
Figura 2: Arquidioceses *extra territorium*, c. 1668 151
Figura 3: Arquidioceses *extra territorium*, c. 1750 152

Cap. 13
Figura 1: Diócesis y archidiócesis en América Hispana..... 491
Figura 2: Diócesis y provincias franciscanas novohispanas..... 492

Monárquias Ibéricas.indb 9 13/12/18 14:55

Monárquias Ibéricas.indb 10 13/12/18 14:55

Os autores

Aliocha Maldavsky é professora catedrática de História Moderna e da América Ibérica na Université Paris Nanterre. A sua área de especialidade é a História Religiosa e Missionária dos séculos XVI a XVIII, nomeadamente nos espaços andinos e da América hispânica.

Ana Diaz Serrano é investigadora na Universidad de Murcia. Os seus trabalhos centram-se no estudo dos poderes territoriais no contexto da Monarquia Hispânica, nomeadamente na configuração política das comunidades indígenas americanas.

Ana de Zaballa Beascoechea é professora titular na Universidad del País Vasco. Especialista em História Eclesiástica da América colonial, a sua investigação mais recente está centrada no estudo dos tribunais eclesiásticos e sua relação com a sociedade no quadro da Nova Espanha.

Ângela Barreto Xavier é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. As suas áreas de especialidade são a História das Ideias Políticas e História Política e Cultural dos impérios da época moderna, sobretudo no que respeita às articulações entre Europa e Ásia.

Antonio Jiménez Estrella é professor contratado doutor do Departamento de Historia Moderna y de América da Universidad de Granada e especialista em História Social e Institucional do Reino de Granada e História Social e das Elites na Monarquia Hispânica sob o regime dos Áustrias.

António Manuel Hespanha é professor catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e doutor *honoris causa* pelas Faculdade de Direito da Universidade de Lucerna (Suíça) e da Universidade Federal do Paraná (Brasil). É um reconhecido especialista nas áreas da História, História do Direito, mas também da Teoria do Direito.

Monárquias Ibéricas.indb 11 13/12/18 14:55

Catarina Madeira-Santos é Maître de conférences na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Especialista em História do Império Português e em História da África, tem dedicado a sua investigação recente ao estudo dos poderes africanos e das instâncias de saber nas «Áfricas lusófonas» dos séculos XVIII-XX.

Evergton Sales Souza é professor associado do Departamento de História da Universidade Federal da Baía e especialista em História Religiosa e Política do Brasil e do império português da época moderna.

Federico Palomo é professor titular de História Moderna na Universidad Complutense de Madrid. É especialista em História Religiosa e Missionária nos mundos ibéricos da época moderna, com destaque para os espaços do império português.

Fernanda Olival é professora auxiliar com agregação no Departamento de História na Universidade de Évora. Trabalha em torno aos processos de mobilidade e distinção social no Antigo Regime, nomeadamente a partir das Ordens Militares e da Inquisição.

Francisco Andújar Castillo é professor catedrático da Universidad de Almeria especializado na História do Reino de Granada nos séculos XVI e XVII, na História Social do exército no Setecentos e também no estudo da venalidade de ofícios e patentes na Espanha do século XVIII.

Ignasi Fernández Terricabras é Professor Agregat d'Història Moderna na Universitat Autònoma de Barcelona. A sua investigação é centrada no estudo da Refoma católica, a Contra-Reforma e a Confessionalização no contexto hispânico. Em particular, trabalha sobre as relações entre o poder político e a Igreja nos séculos XVI e XVII.

Maria Fernanda Batista Bicalho é professora associada no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro), e especialista em História Política do Brasil colonial e do império português da época moderna.

María Victoria López-Cordón Cortezo é professora catedrática honorária da Universidad Complutense de Madrid, e especialista em História Político-Administrativa da Monarquia Hispânica na época moderna.

Michel Bertrand é director da Casa de Velázquez e professor catedrático da Université de Toulouse. É especialista em História Social e Político-Administrativa da América hispânica, em especial da Guatemala e da Nueva España.

Monárquias Ibéricas.indb 12 13/12/18 14:55

Miguel Dantas da Cruz é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa) e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É especialista em História Política e Institucional do império português, e das elites militares nas sociedades coloniais.

Nuno Camarinhas é investigador de pós-doutoramento no Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É especialista em História Político-Administrativa em Portugal e no seu império nos séculos XVII e XVIII.

Nuno Gonçalo Monteiro é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e especialista em História social e institucional da Época Moderna e do primeiro Liberalismo.

Pilar Ponce Leiva é professora titular do Departamento História da América da Facultad de Historia e Geografía da Universidad Complutense de Madrid, e especialista em História Política e História Social da América Hispânica.

Pedro Cardim é professor associado da Universidade Nova de Lisboa, investigador integrado do Centro de Humanidades (CHAM)/FCSH do UNL e UAç e investigador associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É especialista em cultura política e instituições ibéricas na Época Moderna.

Roberta Stumpf é investigadora integrada do Centro de Humanidades (CHAM)/FCSH da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores e investigadora associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É especialista em História Político-Administrativa e social na América portuguesa dos séculos XVII e XVIII.

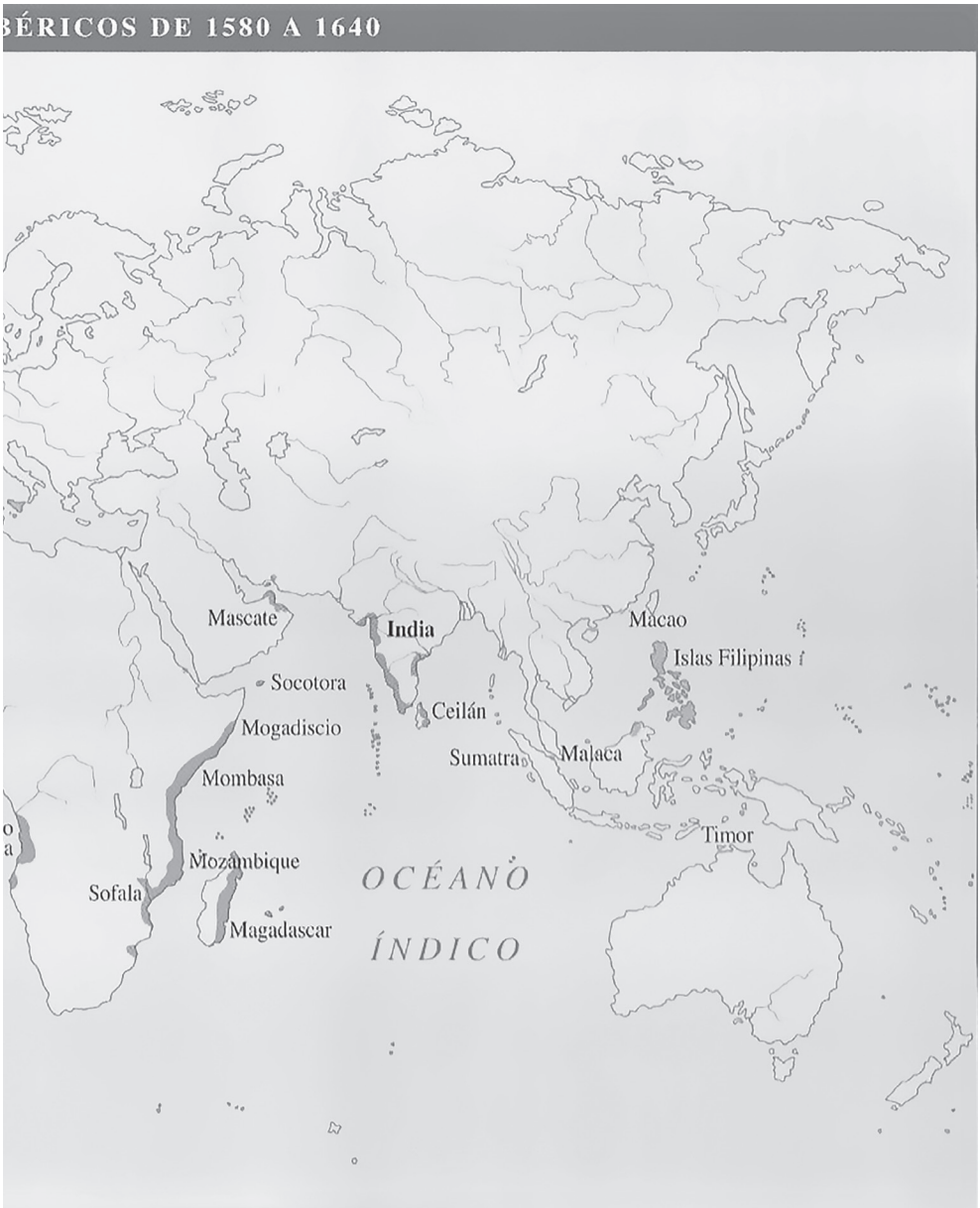
Susana Münch Miranda é docente na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. É especialista em História Política e Institucional do império português da época moderna, nomeadamente no estudo da fiscalidade e o governo da Fazenda.

Vítor Luís Gaspar Rodrigues é investigador auxiliar com agregação da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História, e investigador associado do Centro de Humanidades (CHAM)/FCSH da UNL e UAÇ. É especialista em História da Expansão Portuguesa e História Militar do Estado da Índia nos séculos XVII e XVIII.

Monárquias Ibéricas.indb 13 13/12/18 14:55



Fonte: Antonio Espino López, *Atlas histórico del colonialismo* (Madrid: Síntesis, 2010).


ÉRICOS DE 1580 A 1640
Mascate
India
Macao
Islas Filipinas
Socotora
Ceilán
Mogadiscio
Sumatra
Malaca
Mombasa
Timor
Mozambique
Sofala
OCÉANO
ÍNDICO
Magadascar

Vitor Luís Gaspar Rodrigues
Miguel Dantas da Cruz

Capítulo 12

Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (séculos XV-XIX)

Introdução

Portugal encontrou no império e em particular no Norte de África precisamente o mesmo que os seus vizinhos da Península Ibérica, entretanto unificados sob os auspícios dos Reis Católicos, tinham encontrado no reino de Granada: um espaço de experiência e renovação militar.[1] Foi nos campos de batalha e nas fortificações de Marrocos do século XV que o país fez a transição para a modernidade em matérias militares. O território magrebino – primeira área de expansão portuguesa para além dos limites europeus – deu origem ao embrião de um exército mais permanente e menos dependente das forças da fidalguia que tanto tinham contribuído para a conquista de Ceuta em 1415. A crescente concentração de poder militar nas mãos do monarca, tão característica dos Estados modernos, esteve no caso português directamente relacionada com a experiência ultramarina e com a luta com o adversário muçulmano (uma luta que

[1] Ver o capítulo 11, de Antonio Jiménez Estrella e Francisco Andújar Castillo, neste mesmo volume.

Monárquias Ibéricas.indb 431 13/12/18 14:56

paradoxalmente contribuiu para a persistência de algumas características medievais no seio do exército português em resultado do tipo de guerra praticado em Marrocos, onde imperavam sobretudo as ações de «guerra guerreada»). E a este respeito Portugal será um caso singular.

Nunca será de mais enaltecer a experiência no Norte de África e no império em geral. Esta reflectiu-se também na esfera tecnológica, especialmente no que toca à adopção de armamento pirobalístico. Num certo sentido, é impossível desligar o esforço de guerra em Marrocos da criação de um corpo de espingardeiros na segunda metade de Quatrocentos ou da política de contratação de bombardeiros, fundidores e espingardeiros europeus, levada a cabo por D. João II. É igualmente no império que se encontra a explicação para o desenvolvimento da marinha de guerra portuguesa, inexistente até ao reinado de D. João II. As armadas provisórias, organizadas, sempre que necessário, com recurso ao fretamento de navios de particulares, nacionais e estrangeiros, começaram a revelar-se desadequadas à defesa dos interesses políticos e comerciais dos portugueses. Assim, foi para reforçar a posição portuguesa no golfo da Guiné, onde o confronto com Castela se tinha intensificado, e para proteger os fluxos comerciais de e para o Mediterrâneo, que D. João II procedeu à criação de armadas permanentes. Pela mesma razão promoveu o artilhamento dos seus navios, sobretudo das ligeiras, mas robustas caravelas, que haveriam de desempenhar um papel decisivo nos sucessos da costa ocidental africana e, na centúria seguinte, do Estado da Índia. O mesmo tipo de preocupações levou D. Manuel a proceder a nova reestruturação da marinha de guerra em 1520. Determinou-se então criar três armadas: a armada de guarda-costas, a quem competia vigiar sobretudo a costa atlântica portuguesa; a armada do Estreito, para o controlo, em colaboração com as forças navais portuguesas estacionadas nas fortalezas norte-africanas, do mar das Éguas e do estreito de Gibraltar; e, finalmente, a armada das ilhas, destinada sobretudo a apoiar a navegação das carreiras da Índia e da Mina[2].

Em boa parte da centúria seguinte o império manteve-se crucial para os interesses portugueses, que, para recuperar o argumento de

[2] Rui Landeiro Godinho, «A armada do estreito de Gibraltar no século XVI», em *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*, orgs. Francisco Contente, Jorge Semedo de Matos (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003), 123.

Monárquias Ibéricas.indb 432 13/12/18 14:56

Borges de Macedo,[3] se desligaram da Europa, das suas armadilhas diplomáticas e dos seus conflitos internos. Na verdade, depois da Batalha de Toro (1476) os portugueses só voltariam a ver-se envolvidos num grande conflito na Península em 1580, aquando da constituição da União Ibérica. Seguir-se-iam outros longos hiatos entre as últimas campanhas da Guerra da Restauração (1640-1668) e a Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1715), e entre esta e a participação na fase final da Guerra dos Sete Anos (1754-1763). O império, com destaque para o espaço asiático, foi o grande palco militar. Era aí que, como se notou no Conselho Ultramarino em 1714, se experimentava guerra viva: «o governo da Índia é um governo totalmente militar e guerreiro, e sempre os vice-Reis estão em campanha, ou no mar e na terra, contendendo com Reis da Ásia, e ainda muitas vezes com as Nações da Europa».[4]

A centralidade e a frequência do conflito na frente imperial explicam, até certo ponto, porque neste capítulo se dará ênfase aos espaços ultramarinos, em particular ao Índico e ao Novo Mundo. Todavia, isto não significa que o reino tenha sido aqui esquecido. Fazem-se, portanto, algumas incursões nos territórios europeus dos Avis, dos Áustrias e dos Bragança, que são indispensáveis para contextualizar desenvolvimentos ocorridos no quadro imperial.

Quadro norte-africano e asiático

O modelo de ocupação restrita em Marrocos: fortalezas e guarnições

O exército português, que, como refere João Gouveia Monteiro, havia atingido, em resultado do permanente esforço de guerra a que havia sido sujeito, níveis significativos no domínio da organização, da estratégia, do armamento ou mesmo do recrutamento, a ponto «de ser comparado sem vergonha aos outros exércitos ibéricos e mesmo

[3] Jorge Borges Macedo, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força* (Lisboa: Tribuna da História, 2006 [1987]).

[4] Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de Dezembro de 1714, *Documentos Históricos*, 96, 141-142.

Monárquias Ibéricas.indb 433 13/12/18 14:56

europeus»,[5] viria, ao longo da segunda metade do século XV, em virtude do aprofundamento da sua presença no Norte de Marrocos, a deparar-se com um conjunto de novos desafios. Estes acabaram por contribuir não só para a afirmação do modelo de ocupação restrita assente nas suas fortalezas norte-africanas, responsável pela criação de corpos permanentes de homens de armas, mas também para o surgimento de uma verdadeira marinha de guerra no reino,[6] duas realidades só possíveis em virtude do eficaz funcionamento das suas circunscrições de recrutamento e organização militar, com saliência para a Casa de Ceuta e, mais tarde, para os Tratos da Guiné e Casa da Mina e das Índias.[7]

Processou-se, assim, como que a transposição para Marrocos da organização militar do reino, caracterizada por uma coabitação de forças régias e senhoriais, que só começou a transformar-se na segunda metade do século XV quando a coroa, num quadro de centralização do poder real em Portugal, foi substituindo muitos desses vassalos e as suas hostes por tropas a quem era pago um soldo e mantimento, dando-se início à criação de um exército permanente nessas praças. Com efeito, até aí a sua defesa era assegurada por um corpo militar de algumas centenas de homens (variava bastante de fortaleza para fortaleza, aumentando ainda consideravelmente em situações de assédio), a quem a coroa pagava soldo e mantimento e que era coadjuvado por contingentes nobiliárquicos aí estacionados durante períodos mais ou menos longos, formados maioritariamente por homens a cavalo sem experiência da guerra norte-africana e que representavam um perigo para os capitães das praças em virtude da grande autonomia com que combatiam, respondendo apenas às

[5] João Gouveia Monteiro, «As campanhas que fizeram a História». Em *Nova História Militar de Portugal*, orgs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, 286 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003).

[6] Segundo Luís Miguel Duarte só no reinado de D. João II é possível falar de «uma frota permanente, composta de barcos, oficiais, tripulações e soldados, que não fizesse mais nada»: Luís Miguel Duarte, «A Marinha de Guerra Portuguesa», em *Nova História Militar de Portugal*, orgs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), vol. 1, 314.

[7] Francisco Paulo Mendes da Luz, «Dois organismos da Administração Ultramarina no séc. XVI: a Casa da Índia e os Armazéns da Guiné, Mina e Índia», em *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas: Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina*, org. A. Teixeira da Mota (Lisboa: JICU, 1975), 91-106.

Monárquias Ibéricas.indb 434 13/12/18 14:56

directivas dos seus senhores. Subordinada às ordens do capitão da praça, a guarnição era formada por homens de armas (normalmente cavaleiros e escudeiros da casa real), peões, besteiros, bombardeiros e espingardeiros, escutas e atalaias, para além, naturalmente, de uma série de elementos ligados às artes e ofícios que, em situação de assédio, se transformavam também em defensores da praça. Tratava-se, assim, de um número muito significativo de militares a servir no Norte de África, na ordem dos 5000 na década de 1470, que aumentou significativamente não só com a construção da fortaleza da Mina, mas também, e sobretudo, com a conquista das praças do Sul de Marrocos nos primeiros anos de Quinhentos, rondando então um efectivo de cerca de 6500 homens.[8] A essas forças, formadas inicialmente quase que exclusivamente por indivíduos oriundos do reino e ilhas, juntar-se-iam, mais tarde, sobretudo durante o reinado de D. João III, sucessivos contingentes de mercenários oriundos na sua maioria da Andaluzia, recrutados através de Sevilha.

A estrutura organizacional das fortalezas norte-africanas tendeu assim, em resultado de um processo normal de adaptação e ajuste às condições de guerra aí existentes e em virtude da acção centralizadora da Coroa, a fixar-se e a tornar-se permanente, dando origem a um modelo cuja expressão jurídica foi regulamentada nos regimentos das fortalezas que foram surgindo, dos quais o mais antigo que nos chegou foi passado à cidade de Tânger em 1472[9] e se manteve praticamente inalterável ao longo das centúrias seguintes.[10] Nesse documento, que

[8] A guarnição de Azamor era composta, na década de 1520, por um efectivo que variou entre os 600 e os 650 homens de armas, em que entravam cavaleiros e peões, número muito significativo se tivermos em conta que era superior aos das principais fortalezas do «Estado da Índia», como Ormuz, Diu e Malaca, que só em finais do século XVI passaram a contar por regimento com efectivos similares a esses. Cf. «Carta de 18 de Setembro de 1525 para D. João III», em *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, org. Pierre de Cenival (Paris: Paul Geuthner, 1934), 1.ª série, t. II, parte I, 346-347.

[9] Cf. «Regimento de D. Afonso V, de 1472, outorgado a Rui de Melo, capitão de Tânger», em BNL, *Fundo Geral*, códice n.º 1782, 1-3 v. De acordo com o referido regimento a distribuição dos soldados pelos diferentes corpos militares era a seguinte: Peões – 184; Homens de armas – 160; Besteiros – 130; Bombardeiros e Espingardeiros – 10; Escutas – 10; Atalaias – 6.

[10] No caso concreto de Mazagão, nem mesmo após a Restauração se procedeu a uma transformação dessa estrutura, que apenas viria a sofrer ligeiras alterações em 1692, data da publicação de um novo regimento que reduziu e reformou o número de cargos da praça. Cf. «Regimento da Praça de Mazagão, de 6 de Junho de 1692»,

Monárquias Ibéricas.indb 435 13/12/18 14:56

parece ter sido elaborado com base em regimentos anteriores, provavelmente de Ceuta ou de Alcácer-Ceguer, de que não nos chegou qualquer exemplar, encontra-se já definida a organização militar e civil da praça, estando fixado o número de homens de peleja a soldo da coroa (500) e a sua distribuição pelos diferentes corpos militares, bem como a sua estrutura de enquadramento, composta pelo capitão, alcaide-mor, adail, condestável e sobrerrolda, entre outros, cabendo a cada uma daquelas forças tarefas específicas e um soldo diferenciado.

A transposição do modelo norte-africano para o Oriente

Essa estrutura organizativa, que foi aplicada nas demais praças marroquinas, mesmo nas do Sul de Marrocos conquistadas mais tardiamente, e que se manteve sem alterações até ao seu abandono na centúria seguinte, passou igualmente ao Oriente, onde o recontro com o inimigo atávico e a certeza da sua eficácia conduziram à reprodução do modelo numa vasta área situada entre a costa oriental africana e as ilhas de Maluco. A sua transposição para o Índico, sustentando aquilo que, Luís Filipe Thomaz definiu como sendo um Estado que era na sua essência uma rede, ou seja, «um sistema de comunicação entre vários espaços»,[11] foi acompanhada de algumas transformações, desaparecendo muitos dos cargos relacionados com a guerra terrestre. As excepções foram os casos de Goa e da Província do Norte, porque dominavam áreas significativas de território, sendo por isso necessário dotá-las de corpos de cavalaria e de um grande número de peões locais capitaneados pelos seus *naiques*. Esses corpos viriam a desempenhar um papel decisivo na sua defesa, tendo-se os portugueses servido, no caso da Província do Norte, de um modelo de organização militar preexistente, de raiz muçulmana, que assentava a defesa do território na capacidade militar dos *Iqtadares*.[12] Estes asseguravam a guarda dessas terras a partir das suas casas senhoriais fortificadas, as quais, como demonstrou Sidh

em *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza – 1683-1700*, org. José Justino de Andrade e Silva (Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1859), vol. 8.

[11] Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Lisboa: Difel, 1998), 208.

[12] Espécie de senhores feudais. Detinham os direitos sobre a produção dessas terras em recompensa pelos serviços militares que eram obrigados a prestar. Thomaz, *De Ceuta*…, 235-240.

Monárquias Ibéricas.indb 436 13/12/18 14:56

Mendiratta, se encontravam disseminadas pelos principais pontos estratégicos das *praganas* ou *cassabés*.[13]

Um pouco a exemplo do que sucedia em Marrocos, também no império português oriental é evidente uma relação directa entre o estatuto político-militar dos reinos, em cujos territórios as fortalezas foram sendo implantadas, e o número de homens de armas que compunham as respectivas guarnições. Com efeito, se a estrutura militar das praças foi adoptada de forma quase uniforme no Oriente, mantendo-se constante ao longo dos séculos XVI e XVII, o número dos cargos que as compunham, tanto em relação aos bombardeiros e homens de armas, como à guarda pessoal e aos «criados e chegados do capitão»,[14] era muito variável, oscilando de acordo com a importância económica, política e geoestratégica de cada uma delas. Nas chamadas fortalezas fronteiras (casos de Ormuz, Diu e Malaca) encontravam-se orçamentados, sobretudo a partir da década de 1580, efectivos da ordem dos 500 a 600 homens de armas, coadjuvados por um grande contingente de tropas locais. Estas forças, somadas aos casados[15] e respectivos escravos de peleja, foram um elemento fundamental para a sustentação da presença portuguesa no Oriente ao longo dos séculos XVI e XVII, uma vez que raramente os efectivos arregimentados às fortalezas ali se encontravam a servir. [16]

---

[13] Sidh Daniel Losa Mendiratta, «Dispositivos do sistema defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739» (tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2012), 423 e segs.

[14] Também por vezes designados como «acostados». Em Ormuz o seu número variou, de 1560 a 1620, entre os 40 e os 60 homens de armas. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «A evolução da arte da guerra dos portugueses no Oriente (1498-1622)» (dissertação apresentada para acesso à categoria de investigador auxiliar no IICT, 1999), vol. 2, 438.

[15] Uma criação de Afonso de Albuquerque que, após a conquista de Goa em 1510, sentindo necessidade de dotar o Estado da Índia com um grupo social enraizado localmente, promoveu o casamento de soldados portugueses com mulheres locais, hindus sobretudo, tenho-lhes sido doada uma parte das terras expropriadas aos seus anteriores detentores. Esta categoria social foi depois generalizada às restantes fortalezas da Índia, havendo muitos casos, sobretudo nas de menor dimensão, em que se transformaram, com o apoio dos seus serviçais e escravos de peleja, no seu principal sustentáculo militar.

[16] Veja-se, por exemplo, o caso de Colombo (Ceilão) em que o seu número era quase três vezes superior ao dos homens de armas portugueses presentes na fortaleza. Rodrigues, «A evolução da arte da guerra…», 467.

Monárquias Ibéricas.indb 437 13/12/18 14:56

A construção dessas fortalezas no Oriente era, a exemplo do que sucedia no Norte de África, sempre acompanhada da criação de uma armada, maior ou menor segundo a dimensão estratégica, política e económica de cada uma dessas praças, como o comprovam não só os seus regimentos, mas também a «Relação dos navios que servem na Índia», de 1522.[17] Todavia, ao contrário do que ali sucedia, em que só ocasionalmente deparamos com a realização de acções militares navais concertadas entre os navios estacionados nas diferentes praças ou entre estes e as armadas enviadas do reino para o estreito de Gibraltar,[18] na Ásia, por força da existência desde cedo de um governo vice-real (1505), bem como da criação do cargo de capitão-mor do mar da Índia, de quem dependiam os capitães-mores das diferentes esquadras, foi possível criar desde cedo um modelo de organização naval. Este, partindo da presença inicial de uma grande armada estacionada no Índico, reforçada anualmente com homens e navios pela rota do Cabo, evoluiu no sentido da organização anual de armadas regulares (a armada do Norte, a armada do Malabar ou a armada dos mares do Sul, estacionada em Malaca, por exemplo), que não só procuravam apoiar e controlar a navegação das principais rotas marítimas orientais, como serviam também de suporte militar às fortalezas.

Paralelamente, eram organizadas as chamadas armadas extraordinárias, destinadas a acções de conquista, ao socorro de fortalezas ou meramente para afirmação da soberania do Estado. Organizadas em Cochim, primeiro, e em Goa, a partir da década de 1530,[19] foram ao longo da centúria responsáveis por uma parte muito significativa dos desequilíbrios orçamentais do Estado da Índia.

---

[17] Cf. «Relação de 11 de Maio de 1522», em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1588)* (Lisboa: NARN/CEHU, 1965), vol. VI, 92 e segs.

[18] A armada do estreito de Gibraltar apenas foi criada em 1520, tendo sido extinta em 1552 por D. João III em resultado da sua política de desinvestimento no Norte de África. Godinho, «A armada do estreito…», 117.

[19] A transferência definitiva da corte do vice-rei acarretou a mudança das principais estruturas militares do «Estado da Índia» de Cochim para Goa, aí se fixando não só a «Matrícula», mas também o arsenal e os armazéns, alargando-se a Ribeira. Catarina Madeira-Santos, *«Goa é a Chave de Toda a Índia»: Perfil Político da Capital do Estado da Índia* (Lisboa: CNCDP, 1999), 193.

Monárquias Ibéricas.indb 438 13/12/18 14:56

A arregimentação da soldadesca

A criação por D. Manuel, em 1505, do cargo de governador e vice-rei da Índia[20] em simultâneo com a transposição para o Oriente de uma estrutura governativa análoga à existente no reino, com saliência para a Casa da Matrícula Geral, acabou por ter profundas repercussões não só em termos da condução da política ultramarina, mas também das formas de arregimentar e organizar os homens de armas pelas diferentes fortalezas. Contrariamente ao que sucedia em Marrocos, onde o recrutamento dos homens era feito caso a caso, em resultado tantas vezes da pressão militar a que cada fortaleza estava sujeita, na Índia cumpria à Matrícula Geral proceder à distribuição pelas fortalezas dos homens que aí chegavam nos navios da Carreira da Índia.

Recrutados um pouco por todo o reino, na sua grande maioria em sistema de voluntariado (só a partir de finais do século XVI e na centúria seguinte se recorrerá ao recrutamento compulsivo), os homens de armas eram registados na Casa da Índia, em Lisboa, o mesmo sucedendo aos homens da navegação e aos bombardeiros que, entretanto, haviam sido previamente assentados nos Armazéns da Guiné, Mina e Índias.[21] Todos eles recebiam em regra um soldo de embarque, partindo do reino com a obrigatoriedade de servirem no Oriente por um período mínimo de três anos, embora tenha havido momentos em que o seu engajamento se fez por mais tempo – 7/8 anos. Com excepção dos de maior estatuto social, que iam providos nos principais cargos e ofícios das fortalezas e armadas, ou dos oficiais mecânicos e bombardeiros, que do reino partiam por vezes já com a incumbência de prestarem serviço numa fortaleza ou armada predeterminada, a quase totalidade dos que

[20] A sua criação resultou não só da enorme distância entre os diferentes centros decisores do império, mas também, como bem salientaram Pedro Cardim e Susana Miranda, da existência de poderes organizados e ordens jurídicas que justificavam a presença na Ásia «de uma magistratura dotada de dignidade real e com capacidade para estabelecer tratados internacionais». Pedro Cardim e Susana Munch Miranda, «La Expansión de la Corona Portuguesa y el Estatuto Político de los Territorios», em *Las Indias Occidentales. Procesos de Incorporación Territorial a las Monarquías Ibéricas*, orgs. Óscar Mazin e José Javier Ruiz Ibañes (México: Colegio de México-Rede Columnaria, 2012), 215.

[21] Cargo criado em 27 de Novembro de 1501. Luz, «Dois organismos da Administração Ultramarina…», 102.

Monárquias Ibéricas.indb 439 13/12/18 14:56

passavam à Índia faziam-no arrolados sob a designação geral de gente de guerra.[22]

Aos escrivães e contadores da Casa da Matrícula, inicialmente sediada em Cochim, por se tratar do local de chegada e partida dos navios da Carreira, competia proceder ao alistamento desses homens nas diferentes fortalezas do Estado ou nas armadas que aí aguardavam a monção favorável, por onde passariam a receber o soldo e mantimento com que vinham providos. Tratava-se, no entanto, de uma tarefa complexa dada não só a morosidade de circulação entre as fortalezas do Estado da Índia em virtude das enormes distâncias que distavam entre si, mas também porque o soldo variou, sobretudo nas primeiras décadas, de acordo com os anos da incorporação, vindo a uniformizar-se mais tarde, como o comprovam os regimentos das diferentes fortalezas existentes para a segunda metade de Quinhentos.

Cumpridos os anos de serviço contratados, deviam, todos aqueles que pretendessem regressar ao reino, munir-se de uma certidão passada pela Matrícula[23] onde constasse o número de anos prestados na Índia e as fortalezas ou armadas em que haviam servido. Do documento constaria ainda uma relação dos soldos e mantimento auferidos (regra geral apenas uma ínfima parte era paga aos soldados) e, no caso dos principais capitães e oficiais, uma relação das «mesas»[24] dadas aos soldados, importante para a concessão no reino das tão almejadas mercês régias. No entanto, dado o elevadíssimo preço das viagens de regresso imposto pela coroa e porque esta não lhes assegurava o mantimento a bordo, poucos eram os soldados que

[22] Cf. «Livro dos soldos que se pagaram na casa da Índia a António de Saldanha que foi per capitam-mor de Sofala, 1509», no ANTT, *Fundo Antigo*, n.º 596; e «Livro do pagamento feito a gente que veyo na nao S. Roque de soldos vencidos, e outras naos e navios das armadas da India. Anno de 1531», no ANTT, *Fundo Antigo*, n.º 620.

[23] No caso de Marrocos, dada a inexistência de um organismo centralizador, competiria aos oficiais da fortaleza, onde o serviço fora prestado, atestá-lo.

[24] Dizia-se na Índia que um fidalgo ou um capitão dava mesa aos soldados quando o encargo com a alimentação de um número variável de soldados lhe estava cometido, substituindo-se, assim, à coroa em virtude dos sucessivos atrasos no pagamento do soldo e mantimento à soldadesca no Oriente. Em muitos desses casos era-lhes dada ainda aposentadoria, ou estes recolhiam-se nos quintais e alpendres das suas moradias durante o período da monção, altura em que eram obrigados a permanecer em terra por as armadas se encontrarem varadas nas ribeiras.

Monárquias Ibéricas.indb 440 13/12/18 14:56

retornavam ao reino: uns porque simplesmente não estavam interessados em o fazer, outros porque não tinham cabedais para isso.

Contingentes militares no século XVI

Fosse por incúria e desleixo dos funcionários da Matrícula em Cochim, primeiro, e em Goa, mais tarde, ou por não haver qualquer estrutura de enquadramento para os recém-chegados, uma parte considerável desses contingentes que aí chegavam em miseráveis condições acabava por nunca se incorporar na estrutura militar do Estado da Índia. Vários foram, com efeito, os governadores que ao longo dos anos se queixaram do reduzido número de homens de que o Estado da Índia dispunha para a guarda das fortalezas e o provimento das armadas. O governador Afonso de Albuquerque, por exemplo, afirmava em 1510 que «a gente que averá na Índia seram 2000 homens: ficaram em Cochim e Cananor 300; ficam na armada 1600, dos quaes seram 120 criados del Rey».[25]

Dois anos mais tarde, na sequência de sucessivos pedidos de mais efectivos, queixava-se da primazia que continuava a ser dada ao Norte de África e de o monarca deixar a Índia «aa misericórdia duns poucos de navios podres e de 1500 homens, a metade deles sem proveito», salientando ainda que na conquista de Goa haviam participado 1680 homens segundo o alardo feito, «e que destes 396 eram das naus da Carreira, a qual gente nam he da ordenança da India».[26] Descontado algum exagero por parte do governador, decorrente da necessidade de ver reforçado o contingente militar à sua disposição no Oriente, julgamos que por essa altura os homens de armas efectivamente ao serviço da coroa não deveriam ultrapassar os 3500.

Esses números aumentaram, naturalmente, com o correr do século em resultado do incremento do processo expansionista português oriental, cifrando-se em valores que, para a generalidade dos historiadores que se têm debruçado sobre o assunto, andariam em

[25] Cf. «Sumário das cartas de 1510», em *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, ed. Raymundo António de Bulhão Pato (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884), vol. I, 421.

[26] Cf. «Carta de Albuquerque ao rei, de 22 de Dezembro de 1512», em *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, ed. Raymundo António de Bulhão Pato (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884), vol. I, 34-36.

Monárquias Ibéricas.indb 441 13/12/18 14:56

finais de Quinhentos entre os 10 000 e os 14 000 homens de armas.[27] Tratava-se de um efectivo escasso, sobretudo se se tiver em conta, como refere Teresa Rodrigues, que ao longo do primeiro quartel de Quinhentos ali chegaram em média 2400 homens por ano,[28] um valor que não andaria muito longe do registado para a globalidade da centúria, não obstante a concorrência movida pelo Brasil a partir da segunda metade de Quinhentos, que levou a que a população branca passasse aí de cerca de 2000 para 20 000 almas na década de 1580--1590, mais do que duplicando até 1612, altura em que se cifrava já em 50 000 indivíduos.[29]

A ineficácia do sistema de enquadramento dos homens de armas à sua chegada ao Oriente e o constante atraso com que, desde muito cedo, eram pagos os soldos e os mantimentos à soldadesca, aliados à obrigatoriedade de as armadas terem de invernar nas principais ribeiras do Estado, onde os navios eram varados durante o período da monção, permanecendo os homens em terra sem qualquer estrutura regular que os enquadrasse, foram responsáveis não só pelo facto de muitos desses homens andarem «soltos», em condições miseráveis, aglomerando-se em «bandos e uniões», de que resultava a eclosão recorrente de rixas e conflitos,[30] mas também pela fuga de muitos deles, levando-os a servir nas diferentes cortes dos soberanos asiáticos ou a engrossarem os inúmeros estabelecimentos comerciais não

[27] Russel-Wood, tal como Charles Boxer, aponta, para finais do século XVI e para a globalidade do império, um número da ordem dos 10 000 homens habilitados a combater. A. J. R. Russell-Wood, *The Portuguese Empire, 1415-1808: A world on the move* (Baltimore/Londres: Johns Hopkins University Press, 1998), 60. Duncan propõe um número superior, de 14 000 portugueses oriundos do reino, que julgamos excessivo. V. T. Bentley Duncan, «Navigation between Portugal and Asia in the sixteenth and seventeenth centuries», em *Asia and the West: Elements and Exchanges from the Age of Explorations*, eds. E. J. van Kley e C. K. Pullapilly (Notre Dame: Cross Cultural Publications, 1986), pp. 3-25.

[28] Teresa Rodrigues, «As estruturas populacionais», em *História de Portugal: No Alvor da Modernidade*, dir. José Mattoso (Lisboa: Ed. Estampa, 1993), vol. 3, 238. Os números apresentados por Vitorino Magalhães Godinho são bastante superiores, situando-se entre os 3000 e os 4000 indivíduos. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Lisboa: Arcádia, 1965), vol. II, 606.

[29] Rodrigues, «As estruturas populacionais …», 238.

[30] São conhecidas as descrições de Pyrard de Laval ou de Linschoten para os finais do século XVI, princípios do XVII, mas esta foi uma realidade que desde muito cedo afectou o «Estado da Índia», caso, por exemplo, da «grande soltura» da soldadesca ocorrida no governo de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518).

Monárquias Ibéricas.indb 442 13/12/18 14:56

oficiais, em especial para lá do cabo Comorim, onde a presença oficial do Estado da Índia era menos efectiva. Essa contínua drenagem das gentes prolongou-se por todo o século XVI e parte do XVII, como o comprova o texto de Francisco Rodrigues da Silveira que, escrevendo por volta de 1620, avaliava em 2000 o número de homens de armas portugueses que se havia fixado em Bengala, quando em Goa, a capital do Estado e onde eram organizadas as armadas anuais da Índia, o número de soldados, em que se incluíam os luso-descendentes e tropas locais, se cifrava em cerca de 1500.[31]

A criação das companhias de ordenanças no reino e no império: coabitação com o modelo tradicional de organização militar, a Hoste

Após a extinção por D. Manuel dos acontiados e dos besteiros do conto e câmara[32], a potência militar portuguesa ficara reduzida nos primeiros anos de Quinhentos às hostes da fidalguia, às guarnições dos castelos de fronteira e das praças de África e da Índia, à guarda real dos ginetes, aos professos das ordens militares e ao voluntariado dos fidalgos, cavaleiros e escudeiros. Essa extinção, associada à necessidade de introduzir, tanto no reino como no império, uma nova dinâmica na estrutura militar de forma a torná-la mais eficaz e, sobretudo, mais subordinada ao controlo da coroa, esteve na base da criação pel'*O Venturoso* das «companhias de ordenanças». A um primeiro alvará, de 8 de Fevereiro de 1508, seguiu-se outro, de 20 de Maio desse ano, que nomeava D. Nuno Manuel capitão-geral da gente de ordenança e determinava com detalhe não só a forma de arregimentar e enquadrar a população, mas também o tipo de armamento a que cada um dos seus elementos ficava obrigado, bem como os soldos que aufeririam.[33]

---

[31] Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, eds. Luís Filipe Barreto, George Winius e Benjamin Teensma (Lisboa: Fundação Oriente, 1996), 131.

[32] Essas reformas enquadram-se no contexto do processo de afirmação do poder e autoridade da coroa, já que visavam, em última análise, a sua posterior substituição por oficiais régios.

[33] Cf. «Alvará de regimento da gente de ordenança e das vinte lanças de guerra», em *Archivo Historico* Portuguez, org. Anselmo Braancamp Freire (Lisboa: s. e., 1903), vol. I, 80-88.

Monárquias Ibéricas.indb 443 13/12/18 14:56

Também designadas como «companhias à Suíça», seguiam de perto os modelos organizativos e técnico-tácticos dos piqueiros suíços, dos *lansquenets* alemães e dos quadrados de piqueiros espanhóis. Seriam utilizadas de imediato em Marrocos: primeiro em Azamor, em Agosto de 1508, e mais tarde, em 1513, na conquista dessa mesma praça e na batalha campal travada em Bulauão, que garantiu o estabelecimento dos portugueses na região da Enxovia e da Duquela por mais alguns anos.[34] Tropas de infantaria, as ordenanças acabariam por assumir em Marrocos algum protagonismo na defesa das praças até ao seu abandono, dado o natural retraimento a que se assistiu durante o reinado de D. João III, que levou, como frisou Dias Farinha, a que a vigilância dos campos e as entradas passassem a ser substituídas por uma mais cuidadosa defesa dos muros, cedendo a cavalaria o passo à infantaria.[35] Mais tarde, após a reorganização sebástica de 1569-1570, essas tropas viriam ainda a participar na batalha de Alcácer Quibir, que marcou um ponto final nos desígnios expansionistas portugueses relativamente ao Norte de África.

Relativamente à Índia, a criação das primeiras companhias de ordenanças teve lugar em 1510 por força da acção de Afonso de Albuquerque. Embora os capitães e os cabos de esquadra enviados do reino por D. Manuel apenas tivessem chegado à Índia em Outubro de 1512,[36] aquele havia organizado já uma parte dos seus homens em companhias por altura do segundo cerco de Goa, em finais de 1510.[37] Compostas por 350 piqueiros, cinquenta besteiros e outros tantos espingardeiros enquadrados por um corpo de oficiais subordinados aos seus capitães, estes respondiam apenas perante o governador. Representavam, por isso, o meio ideal para a afirmação do poder

[34] João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514: No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos* (Lisboa: Tribuna, 2007).

[35] António Dias Farinha, *História de Mazagão no Período Filipino* (Lisboa: CEHU, 1970), 58; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III», em *D. João III e o Império: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento* (Lisboa: Universidade Católica, 2004), 185-195.

[36] Cf. «Carta de Albuquerque ao rei. Cananor, 16 de Outubro de 1512», em *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, ed. Raymundo António de Bulhão Pato (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884), vol. I, 20.

[37] Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (Porto: Lello e Irmão, 1975), vol. II, 44.

Monárquias Ibéricas.indb 444 13/12/18 14:56

centralizador da coroa, em resultado não só de um controlo mais efectivo sobre a soldadesca, mas também por atenuarem a dependência do Estado da Índia relativamente às clientelas senhoriais.

A oposição dos fidalgos e da maioria da soldadesca a um modelo que entendiam limitador dos seus privilégios, e que desvirtuava os princípios tradicionais da arte da guerra, assumiu, no ultramar como no reino, proporções de tal ordem que, em 1515, numa altura em que o monarca se preparava para as abolir no reino, estas foram extintas na Índia por Lopo Soares de Albergaria com a justificação de que «ordenança e soiça são opressão para os homens».[38]

Essas companhias só viriam a ser reorganizadas no reino alguns anos mais tarde, em Setembro de 1525, quando D. João III, necessitando de homens mais bem preparados para as praças do seu império ultramarino, decidiu proceder à mobilização e adestramento de um grande número de homens segundo esse modelo.[39] No entanto, fosse porque durante os cinco anos que durou a experiência se tivessem registado nas diversas comarcas do país levantamentos da populaça instigada pela fidalguia, ou porque o erário régio não tivesse meios para as custear, a verdade é que a experiência foi de novo abandonada. Relativamente a Marrocos, só mais tarde, na década de 1540, voltariam a fazer parte do sistema defensivo das suas fortalezas.

Na Índia apenas durante a governação de Nuno da Cunha (1528--1538), marcada por um forte centralismo, houve alguns arremedos de organização da soldadesca segundo aquele modelo, mas sem qualquer significado. Seria necessário esperar pela governação de D. João de Castro (1545-1548), também ele um reformador e defensor de uma política mais marcadamente estatista, para que em 1546 fosse tentada a revitalização das ordenanças, agora com a particularidade de se procurarem organizar segundo esse modelo não só os homens de armas oriundos do reino – que formaram uma companhia de 400 soldados capitaneados por D. Jerónimo de Menezes –, mas também tropas malabares que, num total de 500 homens, eram capitaneadas por Francisco de Sequeira, seu coadjutor.[40] A sua acção, no

[38] Correia, *Lendas…*, 469.

[39] Cf. «Carta de nomeação de Bartolomeu Ferraz de Andrade como um dos coronéis das gentes de pé das ordenanças a fazer no Reino», no ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 8, 109v.; Jean Aubin, «Le Capitaine Leitão, un sujet insatisfait de D. João III», *Revista da Universidade de Coimbra*, XXX, (1984): 103.

[40] Correia, *Lendas…*, 611.

Monárquias Ibéricas.indb 445 13/12/18 14:56

entanto, não se circunscreveu às terras de Goa. O vice-rei promoveu a sua criação, através de Bastião Coelho, também na fortaleza de Diu e na de Baçaim, sendo aqui organizados, a exemplo do que sucedeu na capital do Estado, vários esquadrões de homens a cavalo para a guarda das tanadarias e dos passos.[41] Estas tentativas não tiveram, no entanto, grande êxito, como salientou Sanjay Subrahmanyam, vindo o projecto a ser retomado mais tarde por D. Luís de Ataíde.[42]

As reformas sebásticas

As reformas encetadas por Ataíde na Índia, embora surjam como resposta à crise militar provocada pela destruição do império hindu de Vijayanagar em 1565[43], enquadram-se também num contexto de profunda reformação da orgânica militar do reino e do império por parte da coroa. Com efeito, a 9 de Dezembro de 1569, D. Sebastião promulgou a Lei das Armas,[44] que determinava, a exemplo da ordenação de 1549,[45] o tipo de armamento e os cavalos a que cada súbdito se encontrava obrigado a possuir e manter. Em 10 de Dezembro de 1570, porque já se encontrassem formadas as primeiras companhias de ordenanças em Lisboa, foi publicado o Regimento dos

[41] Cf. «Carta de Bastião Coelho ao governador, de Baçaim, 8 de Agosto de 1547», em *Obras Completas de D. João de Castro*, eds. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque (Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976), vol. III, 429-433.

[42] Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700: A political and economic History* (London / New York: Longeman, 1993), 96-97.

[43] A sua destruição marca o fim do equilíbrio político-militar no subcontinente indiano entre as forças hindus e muçulmanas, passando os estados muçulmanos vizinhos de Goa e da Província do Norte a poder centrar sobre as suas fronteiras todo o seu potencial militar.

[44] Cf. «Lei das armas que cada huma pessoa he obrigada ter em todos os Reinos e senhorios de Portugal», em *Leis Extravagantes collegidas e relatadas pelo Licenciado Duarte Nunez do Lião, per mandado do muito alto e muito poderoso Rei Dom Sebastião Nosso Senhor: Collecção de Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal – parte I da Legislação Antiga* (Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1796), 14-25.

[45] Cf. «Ordenação sobre hos cavallos e armas [1549]», em *História Orgânica do Exército Português. Provas*, ed. C. A. de Magalhães Sepúlveda (Lisboa: Imprensa Nacional, 1906), vol. III, 169-174.

Monárquias Ibéricas.indb 446 13/12/18 14:56

Capitães-mores,[46] que organizava territorialmente os homens forçados a possuir armas. Com o objectivo de alargar ao maior número de indivíduos possível este modelo de organização militar, o monarca ordenou, em Junho de 1573, a publicação e divulgação de um conjunto de instruções militares sobre os oficiais de infantaria, organizadas por Isidoro de Almeida.[47]

De acordo com o Regimento dos capitães-mores, todos os homens com mais de 18 e menos de 60 anos ficavam obrigados, salvo raras exceções, a integrar as companhias de ordenanças então criadas.[48] Em número variável segundo as diferentes comarcas do reino, formavam uma capitania-mor dirigida por um capitão-mor e um sargento-mor. Cada companhia era composta por 250 homens, subdivididos em dez esquadras, e teria um capitão, um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão e dez cabos.[49] Pretendia-se assim criar uma espécie de tropas milicianas, devidamente preparadas para a guerra e destinadas a incorporar o exército real sempre que necessário.

Foi precisamente este modelo de organização militar que D. Sebastião procurou criar nos territórios ultramarinos, tendo encarregado D. Luís de Ataíde de o fazer no Oriente.[50] No entanto, dada a especificidade da Índia, destinava-se a reformar sobretudo a organização militar dos homens de armas existentes no Oriente

---

[46] Em *Systema ou Collecção de Regimentos Reais*, *contém os* regimentos *pertencentes à administração da Fazenda Real*, t. v, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, 183-195. Na Biblioteca da Ajuda encontram-se vários exemplares do documento, com acrescentos posteriores, a saber: a «Lei sobre as vigias», a «Provisam sobre as ordenanças agora novamente feita com algumas declarações que não estavão nos primeiros Regimentos», de 15 de Maio de 1574 e que procurou introduzir uma série de correções àquele corpo legislativo. Cf. BA, *44-XIII-60/5*; *55 – III-28/2*; *55-IV-12/5*.

[47] Isidoro de Almeida, «Quarto livro das instruções militares que tracta dos officiais da infantaria» (Évora: s. e., 1573), em *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, ed. A. Faria de Morais, XXIII (1953): 123-203.

[48] Regra geral os capitães das ordenanças dividiam as companhias em dois grupos exercitando-as alternadamente ora num ora noutro domingo de forma a evitar as queixas dos homens. Os exercícios conjuntos tinham lugar, normalmente, uma vez por mês. Cf. «Regimento de D. Pedro da Cunha, capitão-mor da gente de ordenança de Lisboa» (7 de Junho de 1572), na Bibliothèque Nationale de Paris, *Manuscripts Portugais*, vol. 23, doc. 31.

[49] Cf. §11, 12 e 13 do «Regimento dos Capitães-mores», na BA, *55-III-28/2*.

[50] Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, 3.ª ed. (Lisboa: Sá da Costa, 1980), 95.

Monárquias Ibéricas.indb 447 13/12/18 14:56

e não, como sucedia no reino, a criar uma espécie de tropas de segunda linha. Apesar de a constituição de companhias de ordenanças com casados e luso-descendentes ter tido lugar apenas nos primeiros anos de Seiscentos, em resultado da ameaça dos «inimigos europeus», D. Luís de Ataíde, anos antes, como refere Romero de Magalhães, «não deixou de ordenar por momentos a defesa de Goa segundo princípios próximos da ordenança, servindo-se para isso de eclesiásticos e de escravos[51] devidamente enquadrados».[52] Esse foi o processo seguido pelo vice-rei relativamente às populações mestiças e cristianizadas, também elas chamadas momentaneamente a defender os territórios de Goa, como nos dá conta Couto ao afirmar: «ordenou quatro bandeiras de mil christãos da terra e outra de trezentos escravos cativos dos moradores […]; e ajuntou das terras de Salcete e Bardes e da cidade de Goa mil e quinhentos piõis christãos».[53] No entanto, passada a crise militar que assolou o seu governo, tudo voltou à normalidade, dissolvendo-se essas estruturas.

Acção reformadora dos Filipes

Com a união das duas coroas ibéricas, Filipe I (de Portugal) providenciou a imediata reformação das coisas de guerra no Oriente, procurando transpor para aí uma vez mais aquele modelo, havia muito em vigor em Espanha. Nesse sentido foi enviado para a Índia, em 1584, D. Duarte de Menezes, que levava instruções para promover a criação das ordenanças nas diferentes fortalezas. Logo após a sua chegada, publicou um conjunto de alvarás autorizando os seus capitães a proverem os lugares com criados e parentes, a que nelas tinham direito por inerência do cargo, e com quaisquer soldados,

[51] Eram conhecidos como escravos de peleja, que acompanhavam os seus senhores na guerra.

[52] Joaquim Romero de Magalhães, «A guerra, os homens e as armas», em *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. III, 112.

[53] Em *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, ed. Maria Augusta Lima Cruz (Lisboa: CNCDP, 1992), vol. I, 534-535. António Pinto Pereira que, na generalidade, apresenta números iguais aos de Couto, refere que se tratava de quatro bandeiras de escravos, em que havia 1000 deles, o que daria 250 homens por bandeira. António Pinto Pereira, *História da Índia no Tempo em que a Governou o Visorei Dom Luís de Ataíde* (Lisboa: INCM, 1987), livro II, 349.

Monárquias Ibéricas.indb 448 13/12/18 14:56

mesmo não sendo fidalgos, dando assim sequência a uma tarefa já anteriormente iniciada por D. Francisco de Mascarenhas.[54] Paralelamente, D. Duarte procurou incentivar a prática generalizada dos alardos, a que se seguiam treinos físicos e de tiro à barreira, e procedeu à criação de companhias de ordenanças em Ormuz e Malaca.[55] Quanto aos «casados» e moradores dessas fortalezas fronteiras, apenas no caso da Ormuz foi determinado que nelas fossem assentados, recebendo os seus soldos e quartéis ao ano.[56]

A partir de 1586, não obstante Lisboa continuasse a pressionar o vice-rei no sentido da incorporação dos soldados nessas «bandeiras», surgem os primeiros sinais de que o processo fora interrompido[57], continuando a afluir à corte queixas sobre o mau funcionamento da Casa da Matrícula, como a de Álvaro de Bolanho Monsalve que, em Março desse ano, se lamentava ao rei de ali serem pagos 18 000 homens de armas, quando não serviam mais de 10 000.[58] No ano seguinte, surgiria a confirmação, por parte do vice-rei, da sua incapacidade em poder levar por diante a planeada reorganização da Matrícula e a integração dos soldados em companhias.[59] D. Manuel de Sousa Coutinho apresentaria como razão principal do seu insucesso a falta de dinheiro no erário do Estado da Índia para «lhes fazer seus pagamentos tanto a risqua, como requere gente que so disso hade viver».[60]

Os responsáveis pela condução dos negócios ultramarinos procuraram então desencadear o processo a partir do reino, determinando que, após 1588, todos os soldados que partissem para a Índia fossem já «repartidos por bandeiras e capitanias de que encarregamos

---

[54] Vejam-se os «Alvarás de D. Francisco de Noronha [1584] relativos às diferentes fortalezas do Estado», na British Library, *Mss. Add. 28433*, ff. 19 e segs.

[55] Cf. «Orçamento do Estado da Índia, 1588-1590», na British Library, *Mss. Add. 28433*, 153, 160-162.

[56] «Orçamento do Estado da Índia…», 27.

[57] Cf. «Carta régia para o governador, de 6 de Março de 1587», em *Archivo Portuguez Oriental*, org. J. H. da Cunha Rivara (Nova Goa: Imprensa Nacional, 1857), fasc.º 3, parte I, 102 e 103.

[58] Cf. «Carta ao rei, de 24 de Março de 1586», em Archivo General de las Indias, Sevilha, *Patronato Real*, legajo n.º 53.

[59] Em Archivo General de Simancas (AGS), *Secretarias Provinciales*, n.º 1551, 22v-23.

[60] Cf. «Carta de 10 de Dezembro de 1588 para o rei», em AGS, *Secretarias Provinciales*, n.º 1551, 246v.

Monárquias Ibéricas.indb 449 13/12/18 14:56

alguns fidalgos que vão embarcados nas mesmas naus». Determinava-se ainda que todos os soldados da Índia fossem igualmente incorporados em companhias «assi nas armadas como nas fortalezas […] e se não pague nenhum soldo senão aos que por esta vencerem».[61] Não obstante as inúmeras provisões emitidas até aos finais da centúria, pouco ou nada foi feito, tendo em 1596 a coroa ordenado que «a gente da cidade de Goa, e das demais cidades e fortalezas daquele estado estejam em ordenança, e tenham espingardas e as mais armas segundo a possibilidade de cada hum, e se exercitem aos domingos e dias santos».[62] Procurava-se, assim, não só enquadrar os soldados nessas companhias, mas criar também uma espécie de tropa de segunda linha destinada a apoiá-los na defesa das praças, como já havia sido feito no reino antes de Filipe I. Em 1607, no entanto, já não havia qualquer vestígio dessas companhias, mesmo nas fortalezas de Ormuz e Malaca, onde antes haviam sido criadas.[63]

Em 1608, dado o aumento da pressão das potências protestantes no Índico, as autoridades portuguesas tentaram, sobretudo em Goa, organizar militarmente as populações mestiças e cristianizadas em «companhias de gente preta». A vigência foi, no entanto, muito curta, uma vez que o monarca, pressionado pela edilidade goesa determinou, em fins de 1610, que fossem extintos não só os cargos de coronéis de «gente preta» da ilha, mas também os da «gente portuguesa».[64] Nos anos subsequentes, em resultado de uma estratégia que privilegiava o reforço das estruturas terrestres do Estado da Índia, dada a superioridade militar naval dos holandeses e dos ingleses, foi a população de Salcete e de Rachol organizada em companhias de 200 homens, formadas, segundo Bocarro, com todos os indivíduos «de sessenta pera baixo e de dezoito pera cima, com seus capitães portuguezes, quando os houvesse moradores nas mesmas terras, com as partes convenientes para isso, e não

[61] Cf. «Carta de 16 de Março de 1588», em Historical Archives of Goa, *Livro das Monções*, n.º 3, 259-261.

[62] Cf. «Regimento de D. Francisco da Gama, de 5 de Janeiro de 1596», em AHU, *Códices*, n.º 281, 355v.

[63] Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra…*, 438-439 e 470-471.

[64] Cf. «Carta de 24 de Dezembro de 1610», em *Documentos Remettidos da Índia ou Livros das Monções*, ed. Raimundo A. de Bulhão Pato (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1880), vol. I, 413-414.

Monárquias Ibéricas.indb 450 13/12/18 14:56

os havendo fossem dos mesmos naturaes canarins, e assi os alferes e sargentos».[65] Procurava-se assim, segundo Bocarro, defender as terras firmes «sem puchar muito pelos [soldados] portugueses».[66]

A partir de 1617, dado o avolumar dos insucessos portugueses na Ásia – com destaque para a destruição, em 1607, da armada portuguesa de alto bordo ao largo de Malaca, renovam-se as determinações para organizar as tropas do Estado «de acordo com a maneira europeia». Em princípios de 1619, levado o assunto a Conselho, o vice-rei decidiu não o fazer «por a guerra deste estado se não fazer em terra, e toda por mar, e não haver dinheiro pera se lhes fazer as pagas e arriscar por falta d'ellas a haver desordens e motins».[67] Foi necessário que a fortaleza de Ormuz caísse em poder das forças anglo-persas, para que as determinações de Lisboa tivessem efeito junto das populações. Estas, temendo que um desastre semelhante pudesse ocorrer na ilha de Goa e terras firmes, apressaram-se a solicitar ao vice-rei «a criação de companhias da terra».[68] Em fins de Julho estavam já organizadas as antigas «companhias de gente preta». Escolhido Afonso Telles de Menezes como capitão «de toda a gente branca de Goa»[69] e nomeados os capitães das freguesias das ilhas de Chorão e Juá,[70] essas companhias, constatada a incapacidade holandesa para desalojar os portugueses desses territórios, logo se desmantelaram.

Durante a governação do 4.º Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha (1629-1635), procedeu-se, em paralelo com algumas acções de reestruturação das fortalezas e armadas do Estado da Índia, à renovação das casas da pólvora e da fundição em Goa, aqui tendo sido criado um terço de infantaria composto por 2500 soldados e um batalhão de

---

[65] António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, ed. R. J. de Lima Felner (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1876), 234.

[66] *Idem*, *ibidem*.

[67] Cf. «Instrucções com que mandou à Índia o Conde de Redondo, Vice-rei», em *Documentos Remetidos...*, vol. IV, 168-169 e 287-288.

[68] Cf. «Advertências que se fizerão ao Senhor governador Fernão de Albuquerque por parte desta cidade, de 1 de Junho de 1622», em HAG, *Acórdãos e Assentos do Senado de Goa*, n.º 7748, 83-85v.

[69] Cf. «Carta de confirmação da nomeação do ofício da gente branca das freguesias da Trindade e N.ª Snr.ª da Luz da cidade de Goa», em HAG, *Cartas Patentes e Alvarás*, n.º 476, 197-198.

[70] Cf. «Carta de nomeação dos capitães das gentes de ordenanças, de 29 de Julho de 1622», em HAG, *Cartas Patentes e Alvarás*, n.º 476, 204-206 e 213v-214.

Monárquias Ibéricas.indb 451 13/12/18 14:56

tropas locais formado por 5000 homens.[71] A sua criação, no entanto, parece não ter passado do papel pois em 1633 Linhares afirmava ao monarca que para defesa da Índia dispunha apenas de 1 500 homens, não podendo sequer armar os poucos galeões estacionados em Goa.[72]

Relativamente ao poder naval, para além da clara aposta feita nas armadas de remo e nos navios de vela de menores dimensões para continuar a apoiar as fortalezas cercadas pelas armadas holandesas, um dos maiores problemas prendia-se com a crónica falta de tripulações, sobretudo para os grandes navios de vela, situação que se extremou em 1634, a ponto de os seis galeões da armada de alto bordo, fundeados no porto de Aguada, não terem podido zarpar por falta de marinheiros e bombardeiros[73]. Para além disso, não obstante o grande número de homens enviados do reino no quinquénio anterior (5228, tendo chegado ao Oriente somente 2495),[74] só o recrutamento de um grande número de canarins, malabares e negros permitiu o aparelhamento das frotas de remo.[75] A importância relativa desses contingentes não deixaria de se acentuar nas décadas seguintes, como o comprova a afirmação de António de Mello de Castro (1662-1666), de que nessa altura dois terços dos homens que serviam nas armadas do Estado da Índia eram pretos.[76] Idêntica situação ocorreu relativamente às guarnições das praças que registaram um crescente processo de «crioulização» dos seus efectivos.

Da «Restauração» à emergência de um exército permanente na década de 1740

As décadas de 1650 e 1660, dada a necessidade da coroa joanina em orientar todo o seu potencial militar para o conflito que vinha travando com a vizinha Espanha, ficaram marcadas pelo reduzidíssimo número

---

[71] Cf. «Assento do Conselho de Estado, de 18 de Abril de 1630», em *Assentos do Conselho de Estado*, I, 271-22. Sobre o assunto veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia da Rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)* (tese de doutoramento em História apresentada à FLUL, Lisboa, 1992), vol. I, 515.

[72] Cf. «Carta do vice-rei, Goa, de 7 de Outubro de 1631», em HAG, *Livros das Monções*, n.º 18, 96.

[73] Blanco, *O Estado Português da Índia…*, 276.

[74] Cf. informação de Pero Barreto de Resende, Biblioteca da Universidade de Coimbra, *Códice 459*, 391.

[75] Blanco, *O Estado Português da Índia…*, 277.

[76] Cf. AHU, *Consultas do Conselho da Fazenda*, n.º 211, 367v-368.

Monárquias Ibéricas.indb 452 13/12/18 14:56

de homens, navios e armamento enviado do reino,[77] o que, somado ao aumento da pressão militar exercida pelos holandeses e diferentes potentados orientais sobre as possessões portuguesas, contribuiu não só para a retracção territorial do Estado da Índia, mas também para a sua transformação numa potência regional do subcontinente indiano, obrigando à reformulação da sua orgânica militar. Como refere Ernestina Carreira, «não existiam então corpos de tropas permanentes na Índia, mobilizando-se ou desmobilizando-se pequenas unidades, nomeadas 'companhias', em função das necessidades e dos perigos».[78]

Só em 1671, em resultado de anteriores directivas emanadas do Conselho Ultramarino (Dezembro de 1669), foi criado pelo vice-rei Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque (1671-1676) um terço de infantaria composto por 500-600 homens[79], o qual, a exemplo dos terços de ordenanças do reino, foi, também aqui, enquadrado por uma cadeia hierárquica de comando composta por um mestre-de-campo e um sargento-mor, vários capitães de infantaria, alferes e sargentos de número e supranumerários, o qual ficou conhecido como o «terço velho».[80]

A exemplo do que já antes sucedera, também agora essa estrutura se manteve numa forma embrionária. A defesa do território era assegurada, para além das reduzidas guarnições das fortalezas, por uma companhia de cavalaria para guarda das terras de Salsete e algumas companhias de sipais, não tendo estas, no entanto, uma organização regular. Nos primeiros anos da governação do conde de Sandomil, D. Pedro Mascarenhas (1732-1741), constatada a extrema debilidade de recursos e a inexistência de corpos militares organizados no Estado da Índia,[81] foram criados os terços de auxiliares de Goa, Bardez e Salsete, com as respectivas companhias (alvará de 21 de Julho de 1733).[82]

---

[77] Glen J. Ames, «The *Estado da Índia* 1663-1677: priorities and strategies in Europe and the East», *Stvdia*, n.º 49 (1989), 284 e segs.

[78] Ernestina Carreira, «Aspectos políticos», em *O Império Oriental 1660-1820*, coord. Maria de Jesus Mártires Lopes (Lisboa: Estampa, 2006), vol. I, 77.

[79] Cf. «Consulta do Conselho Ultramarino, de 9 de Dezembro de 1669», em AHU, *Documentos Avulsos Relativos à Índia*, cx.ª 28, doc. 87.

[80] Carreira, «Aspectos Políticos…», 136.

[81] Cf. «Carta do vice-rei para o secretário de Estado António Guedes Pereira», em HAG, *Monções do Reino*, n.º 107, 286-289.

[82] Segundo Manuel Felicissimo Louzada d'Araújo d'Azevedo eram companhias avulsas, aquarteladas nas melhores posições da fronteira das ilhas e das comarcas de Salsete e Bardez. Eram ao todo 23, denominando-se companhias do terço d'auxiliares, sete das quais formadas com europeus e as restantes com nativos. Manuel

Monárquias Ibéricas.indb 453 13/12/18 14:56

Seria necessário, no entanto, que a situação político-militar do Estado da Índia se agravasse – a capitulação da Província do Norte teve lugar em Maio de 1739, encontrando-se Goa à mercê dos exércitos maratas – para que a coroa se decidisse finalmente a enviar para o Oriente os homens e o material de guerra necessários à defesa do que restava do seu antigo império. Em 1740 foram enviados seis navios de guerra com quatro batalhões de soldados experimentados e artilharia (da mais moderna existente na Europa), para além de um conjunto significativo de oficiais veteranos, muitos deles franceses, que foram responsáveis pelas reformas operadas não só a nível da formação militar dos homens, mas também das estruturas militares do Estado da Índia, tendo estado, por isso, no dizer de Ernestina Carreira, na base da formação do novo exército, responsável pelo alargamento do território com a anexação das «Novas Conquistas»[83].

Quadro atlântico

Dimensões militares da colonização do Novo Mundo

O Brasil, tal como tinha acontecido na costa africana, viu a sua exploração entregue à iniciativa privada, o que confirma o estatuto secundário do território no início do século XVI. Os interesses portugueses orientavam-se então para o Norte de África e para a Ásia, onde se reencontrara o tradicional adversário muçulmano. Esse elemento tão familiar ao pensamento marcial português estava ausente do cenário americano. Aí, os portugueses, como outros europeus, encontraram ao invés um mundo novo também no que dizia respeito a adversários e aos modos de combate. Aí, no Brasil, ao contrário do que vinha sendo prescrito por autores europeus, privilegiavam-se ataques-surpresa e emboscadas em operações aparentemente conduzidas de

Felicissimo Louzada d'Araújo d'Azevedo, «Ásia Portugueza. Segunda Memória Descriptiva e estatística das Possessões Portuguezas na Ásia, e seu estado actual», em *Annaes Marítimos e Coloniaes* (Lisboa, 1842), 2ª série, nº 5, 197-252.

[83] Ernestina Carreira, «Des Terres de France aux Forteresses de l'Estado da India: les Militaires Français à Goa sous l'Ancien Régime», *Anais de História de Além-Mar,* IX, (2008): 271; Ernestina Carreira, *Globalising Goa (1660-1820). Change and Exchange in a Former Capital of Empire,* Goa, Ed. Goa-1556, 2014, 138 e segs.

Monárquias Ibéricas.indb 454 13/12/18 14:56

forma desordenada, sem direcção de oficiais (pelo menos de acordo com os parâmetros europeus), e que acabavam por envolver práticas antropofágicas.[84] Tudo para recorrente desagrado, consternação ou desdém da maioria dos observadores do Velho Mundo, ainda que alguns, como o francês Jean de Léry, reconhecessem que tais costumes não constituíam propriamente monopólio dos nativos da América.[85] Todavia, importa notar que a desvalorização explícita dos modos de combate dos indígenas deve-se ao facto de estes serem estranhos às referências culturais portuguesas e à doutrina militar emergente que enfatizava a preferência pela confrontação em campo aberto de unidades maciças e serradas de corpos de infantaria. Não estava em causa, nem nunca esteve, uma suposta ineficácia. Como apontou Rolena Adrono, os modos de combate e tácticas indígenas, tal como muitas outras coisas do Novo Mundo, não eram interpretados isoladamente, mas sempre em relação à prática europeia, e parcialmente com o propósito de demonstrar «superioridade civilizacional».[86] O prestígio marcial do novo território foi também determinado negativamente pela inexistência de grandes impérios, semelhantes àqueles que os espanhóis enfrentaram no Novo Mundo, e cujo derrube tanto contribuiria para a grande narrativa imperial espanhola. Seria especialmente importante para os *criollos*. De acordo com Anthony Pagden, «a existência de um passado indígena 'heróico' foi crucial para o imaginário militar que constituiu uma parte significativa da visão que os *criollos* tinham da sua história como povo».[87]

O ciclo inicial de viagens para a América, essencialmente exploratórias e ligadas ao escambo de pau-brasil, foi interrompido em 1534 com o estabelecimento das primeiras capitanias-donatarias, reproduzindo-se, assim, o modelo já usado com sucesso nas ilhas atlânticas da Madeira, Açores e Cabo Verde. Isto significava que a

---

[84] Entre outros, ver por exemplo as descrições de Pedro Magalhães Gândavo. Pedro Magalhães Gândavo, *Historia da prouincia sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil…* (Lisboa: Officina de Antonio Gonsaluez (1858) [1576]), ff. 37-40.

[85] Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil…* (La Rochelle/Genebra: Antoine Chuppin, 1578).

[86] Rolena Adorno, *Polemics of Possession in Spanish America* (New Haven/Londres: Yale University Press, 2007), 113-147.

[87] Anthony Pagden, «Identity formation in Spanish America», em *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*, eds. Nicholas Canny e Anthony Pagden (Princeton: Princeton University Press), 66.

Monárquias Ibéricas.indb 455 13/12/18 14:56

administração militar do território cabia ao donatário, que a exercia no quadro mais vasto de outras funções. Sublinhe-se, contudo, que a defesa do território, apesar de ser um aspecto crucial da concessão, dificilmente poderia ser assegurada na íntegra pelo donatário. Este estava longe de ser considerado um chefe militar, mesmo nos alvores do sistema. Como notou António Vasconcelos de Saldanha, o processo de criação das capitanias coexistiu com a nítida decadência da dimensão marcial dos senhorios como chefes militares.[88] O mesmo historiador lembrou que os «exércitos» das capitanias não eram mais do que hostes de vizinhos despreparados e reunidos com frequência variável. Na verdade, os próprios donatários não se cansavam de recordar à coroa a fraca oposição que poderiam fazer a possíveis ameaças de índios ou de outras potências europeias.

Foi, em grande medida, a necessidade de conferir mais solidez à presença portuguesa no Brasil que esteve na génese da criação do governo-geral em 1549. As investidas francesas e os ataques de índios expunham as fragilidades do sistema de donatarias, o que se procurou atalhar por via de uma solução centralizadora. A criação do cargo de capitão-mor da costa denuncia essas mesmas preocupações. O primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, chegou com 200 soldados regulares e, ainda mais importante, com instruções para supervisionar a fortificação das várias capitanias, cuja capacidade defensiva deveria ser permanentemente vigiada. Trata-se de um sinal claro da nova atitude mais intrusiva da coroa,[89] naturalmente geradora de conflitos com antigos donatários ciosos das suas prerrogativas originais.[90]

As competências militares dos primeiros governadores-gerais, concedidas ao abrigo de um perfil funcional que se desejava abrangente, tinham tratamento muito genérico, não se fazendo grande distinção entre a esfera civil e a esfera militar.[91] Por exemplo, a delegação do

---

[88] António Vasconcelos de Saldanha, *As Capitanias do Brasil – Antecedentes, Desenvolvimento e Extinção de um Fenómeno Atlântico* (Lisboa: CNCDP, 2001 [1992]), 192-193.

[89] Francisco Carlos Cosentino, *Governadores-Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)* (São Paulo: Annablume, 2009), 236-243.

[90] Ver sobretudo o caso de Pernambuco. Francis A. Dutra, «Centralization vs. Donatarial. Priviledge: Pernambuco, 1602-1630», em *Colonial Roots of Modern Brazil*, ed. Dauril Alden (Berkeley, Los Angeles, Londres, 1973), 19-60.

[91] Miguel Dantas da Cruz, *Um Império de Conflitos. O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015), p. 308.

Monárquias Ibéricas.indb 456 13/12/18 14:56

direito de prover postos ligados à guerra era feita de um modo similar àquela que se fazia a respeito das serventias dos ofícios da Fazenda e da justiça. E, tal como na Fazenda e na justiça, na guerra ainda se falava em conceder lugares em propriedade – prática que tenderá a desaparecer formalmente das tropas regulares portuguesas. Isto não significa, porém, que o principal administrador colonial do Brasil gozasse de prerrogativas absolutamente iguais ao congénere do Estado da Índia, mesmo quando indigitado com o título superior de vice-rei. Aquele, notava-se, era «um governo totalmente militar e guerreiro» com os vice-reis sempre «em campanha, ou no mar e na terra».[92] A concessão de certas mercês *in loco*, atribuída ao vice-rei de Goa e raramente concedidas a quem governava o Brasil,[93] é um forte indicador do estatuto mais secundário do Brasil, enquanto campo de batalha (quando comparado com a Ásia); um estatuto de que o território só excepcionalmente se conseguiu libertar. A forma como se distribuíam mercês no arranque da expansão, em especial as insígnias das ordens militares, confirma de resto essa hierarquia de espaços de confronto na cultura militar portuguesa de Quinhentos. Hábitos e comendas tinham uma profunda marca religiosa e destinavam-se à luta contra o «infiel», inicialmente no Norte de África, e depois na Índia.[94] Sem essa carga religiosa, o Brasil parece ter ficado quase excluído da política oficial de mercês da coroa; ou seja, numa fase inicial da expansão, não estava prevista a concessão de tais insígnias por serviços prestados no Novo Mundo. Angola, que também não possuía essa dimensão religiosa, mas onde os portugueses enfrentavam grande resistência pelo menos desde as últimas décadas do século XVI, parece ter-se inclusivamente antecipado à colónia americana como palco militar remunerável.[95]

Ainda a respeito do estatuto militar da América durante o século XVI é significativa a inexistência de actividade literária destinada

---

[92] Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de Dezembro de 1714, em *Documentos Históricos*, 96, 141-142.

[93] Tratava-se de hábitos das ordens militares e foros de fidalgo. Ver consultas do Conselho Ultramarino sobre os pedidos do conde de Óbidos e do marquês de Angeja, segundo e terceiro vice-reis do Brasil. Consulta de 10 de Junho de 1664, AHU, Bahia – Luísa Fonseca, cx. 18, doc. 2023; e Consulta de 22 de Dezembro de 1714, em *Documentos Históricos*, 96, 141-142.

[94] Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)* (Lisboa: Estar, 2001), 54.

[95] Referido em Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Julho de 1688, em AHU, Consultas Mistas, códice 86, 31v-32v.

Monárquias Ibéricas.indb 457 13/12/18 14:56

a fixar a memória dos sucessos alcançados contra indígenas, que ameaçavam as posições portuguesas, a começar pela Baía, e contra os franceses, especialmente no Rio de Janeiro. É certo que o território foi alvo da pena de diversos autores que, ao longo de Quinhentos, o descreveram e sublinharam as suas riquezas, mas a gesta de feitos «heróicos» ficou reservada para a Índia.

Crises atlânticas. Da América e África para a Península Ibérica

O grande conflito que opôs as Províncias Unidas aos Habsburgo, também chamado Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e inicialmente centrado nos Países Baixos, ganhou novas frentes de combate nos territórios ultramarinos dos ibéricos a partir dos últimos anos do século XVI. E foram os empreendimentos portugueses, então integrados na Monarquia Hispânica, que, por conta da sua frágil situação geográfica (maioritariamente costeiros e expostos ao poder naval protestante), se tornaram o alvo privilegiado dos ataques holandeses. O conflito, apelidado de Primeira Guerra Mundial por Charles Boxer,[96] centrou-se numa fase inicial no Índico, ainda que as primeiras escaramuças tivessem ocorrido em São Tomé e Príncipe (1597). O Atlântico português só foi verdadeiramente afectado na sequência da fundação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em 1621, a qual recebeu os privilégios anteriormente dados à sua bem-sucedida congénere asiática (VOC).

Em 1624, e com o propósito de assumir o controlo do comércio do açúcar, a WIC atacou Salvador da Baía, a capital do Estado do Brasil e centro de uma das mais prósperas capitanias portuguesas. Desembarcaram-se 3300 homens num território que estaria muito mal defendido pelos Habsburgo. Não obstante o reconhecimento da importância estratégica do Brasil, como antepara da América espanhola,[97] a cidade contava com pouco mais de 250 homens, distribuídos por três companhias, no início do

[96] Charles Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415–1825* (Lisboa: Edições 70, 2001), 115.

[97] Rafael Valladares, «El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)», *Quadernos de Historia Moderna*, n.º 14 (1993): 152.

Monárquias Ibéricas.indb 458 13/12/18 14:56

século XVII.[98] A reacção foi, no entanto, pronta. Madrid mobilizou os seus vastos recursos humanos, persuadindo a aristocracia portuguesa a participar em grande número naquela que era a maior expedição militar a atravessar o Atlântico, futuramente designada «Jornada dos Vassalos».[99]

Esse feito militar tornou-se de imediato um tópico no universo literário ibérico. Além das crónicas oficiais e semioficiais, dezenas de exortações e relatos foram escritos e impressos, por vezes denunciando sinais de tensão identitária na União Ibérica.[100] Quem tinha afinal contribuído mais para aquele sucesso? Mas o investimento político nos 12 463 homens, entre portugueses, espanhóis e napolitanos, sugere também uma profunda alteração no estatuto do território enquanto campo de batalha. Para a cultura militar e política portuguesa, o Brasil, assediado pelos protestantes, deixou de ser um campo de batalha secundário, até então desvalorizado por um pensamento marcial centrado na guerra contra os muçulmanos.[101] Em 1640 o padre António Vieira escreveu, talvez com algum exagero, que «nenhuns serviços paga Sua Majestade hoje com mais liberal mão que os do Brasil».[102] Mais tarde, Francisco de Brito Freire, governador de Pernambuco entre 1661 e 1664, viria a comparar aquele conflito com a guerra da Flandres,[103] que, para todos os efeitos, constituía a grande referência da cultura militar europeia.

Em Madrid, o reencontro bem-sucedido com o adversário protestante no Novo Mundo foi inclusivamente escolhido para consagrar

---

[98] Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654* (Rio de Janeiro: Topbooks, 1998 [1975]), 223.

[99] Stuart Schwartz, «The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624–1640», *American Historical Review*, 96, 3 (1991): 735–62.

[100] Diogo Ramada Curto, *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (Séculos XV a XVIII)* (Campinas: Editora da Unicamp, 2009), 259-279.

[101] Rui Bebiano, «A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia», em *Nova História Militar de Portugal*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Lisboa: Círculo de Leitores, 2004), vol. 2, 52-58.

[102] António Vieira, *Sermam que pregou o P. Antonio Vieira da companhia de Iesus na Misericordia da Bahia de todos os Santos em dia de Visitação de nossa Señora Orago da Casa* (Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1655), 321.

[103] Francisco de Brito Freire, *Nova Lusitania, historia da guerra brasilica: a purissima alma e savdosa memoria do serenissimo principe dom Theodosio principe de Portugal, e principe do Brasil* (Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675), nota inicial ao leitor.

Monárquias Ibéricas.indb 459 13/12/18 14:56

a dinastia num programa artístico que incluía a famosa *La rendición de Breda*, de Diego Velázquez. Exposto na Sala dos Reinos do Palácio del Buen Retiro, *La recuperación de Bahía de Todos los Santos*, de Juan Bautista Maino, constitui um poderoso testemunho da valorização do território americano. Aliás, é significativo que os Habsburgo tivessem escolhido consagrar aquela expedição em detrimento de êxitos contemporâneos na Ásia, como Macau em 1622, ou sucessivas defesas de Goa. Talvez os Áustrias ignorassem ou fossem menos sensíveis às credenciais históricas da Ásia portuguesa, enquanto espaço de expressão privilegiado de actividades militares, divulgadas por uma vigorosa produção literária. De outra forma, seria de supor que procurassem consagrar eventos que a seu ver dessem sequência às façanhas de Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque ou D. João de Castro, inclusivamente como forma de glorificação e legitimação política da casa reinante.

A «Jornada dos Vassalos», como exemplo de colaboração internacional, seria, contudo, irrepetível. Os Habsburgo foram incapazes de repelir nova iniciativa holandesa, desta vez direccionada para Pernambuco, a rica capitania-donataria dos Albuquerque Coelho. As expedições organizadas por Madrid durante a década de 1630 fracassaram e a resistência ibérica foi finalmente vencida em 1637. Nos anos seguintes caíram outras capitanias no Brasil, assim como entrepostos de escravos em África (São Jorge da Mina também em 1637 e Angola em 1641).

O êxito holandês no Atlântico foi, porém, de curta duração, sendo no arranjo político-social de Pernambuco do pós-guerra que estariam as sementes do seu fracasso. Pressionados por dívidas à WIC, os luso-brasileiros, que continuaram a manter o controlo da produção açucareira, revoltaram-se em 1645, contando para isso com o apoio dissimulado da Baía e do governo de Lisboa (independente desde finais de 1640). Foram também as populações locais que suportaram o grosso do esforço de guerra, com os Bragança grandemente manietados pela necessidade de responder nas fronteiras do reino às tropas do monarca deposto. O maior contributo metropolitano passaria sobretudo pela constituição da Companhia Geral de Comércio do Brasil, que deveria proteger as frotas do açúcar e que bloqueou com sucesso o porto de Recife, o último bastião holandês no Brasil. Note-se ainda que o protagonismo local neste conflito viria a estar inclusivamente na base do imaginário político pernambucano de forte

Monárquias Ibéricas.indb 460 13/12/18 14:56

pendor nativista e hostil a Lisboa, numa primeira fase, e depois, já no período da independência, ao Rio de Janeiro.[104]

Apesar da influência que a ortodoxia militar espanhola (de cariz eurocêntrico) exerceu na cultura militar portuguesa, a condução da guerra no Atlântico Sul não seguiu modelos europeus: não houve grandes movimentos de tropas disciplinadas que se confrontavam em campo aberto. Salvo raras exceções, a guerra no Novo Mundo era uma guerra de atrito, com emboscadas e operações de guerrilha destinadas a provocar o desgaste no inimigo. Frequentemente chamada Guerra Brasílica, constituía um sincretismo de saberes marciais europeu e indígena,[105] não totalmente dissimilar daquele que ocorreu na África Central entre portugueses e grupos locais.[106] A Guerra Brasílica promovia ainda a integração de camadas da população social e economicamente mais desfavorecidas, com destaque para índios e escravos africanos, que podiam ser inclusivamente recompensados com a alforria. Ficaram célebres os casos do índio Filipe Camarão e do negro Henrique Dias. Este último, filho de escravos, comandou mesmo um terço de negros que se tornou uma força permanente no território após a expulsão dos holandeses.[107] Na verdade, soluções similares de defesa, que incorporavam negros e mulatos livres, iriam proliferar doravante na colonização do Brasil, abrindo inclusivamente a porta à nobilitação desses homens.[108]

Com múltiplas frentes, o império português do Atlântico de Seiscentos converteu-se num espaço de intensa circulação de militares,

---

[104] Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio – O Imaginário da Restauração Pernambucana* (São Paulo: Alameda, 2003), 3.ª ed.

[105] Mello, *Olinda Restaurada…*

[106] John Thornton, «The Art of War in Angola, 1575-1680», *Comparative Studies in Society and History*, 30, 2 (1988): 373.

[107] Sobre este terço cujo significado histórico e historiográfico aqui não se pode recuperar plenamente, ver, entre outros, Hebe Matos, «'Black Troops' and Hierarchies of Color in the Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment», *Luso-Brazilian Review*, Special Issue 'ReCapricorning' the Atlantic, 45, 1 (2008).

[108] Este tópico da concessão de mercês a negros e mulatos forros, que tem alimentado uma historiografia vigorosa, foi muito recentemente revisto por Luiz Geraldo Silva, em artigo publicado na revista *Tempo* e para o qual se remete o leitor. Luiz Geraldo Silva, «Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)», *Tempo*, vol. 23, n.º 2 (2017), 174-203.

Monárquias Ibéricas.indb 461 13/12/18 14:56

que acumulavam comissões na Europa, no Brasil e em África. Luiz Felipe de Alencastro, entre outros,[109] sublinhou o papel de tropas luso-brasileiras na reconquista de Angola (1648) e em campanhas subsequentes em território africano, que veteranos das guerras holandesas levaram a cabo na segunda metade de Seiscentos, por vezes em flagrante desobediência à coroa (caso do ataque de André Vidal de Negreiros ao Congo em 1665). Só de Pernambuco terão partido sete expedições nesse período, que ajudaram a consolidar a presença portuguesa num cenário absolutamente decisivo, por conta do fornecimento de escravos ao Brasil.[110] Para além de assegurar o indispensável entreposto costeiro, Portugal conseguiu mesmo penetrar no interior do território angolano no seguimento de um conjunto de batalhas divulgadas por um dos seus conhecidos participantes, o veterano António de Oliveira Cadornega, na sua *História Geral das Guerras Angolanas* (1680).

Outros militares moviam-se entre o reino e o Atlântico Sul, por vezes em grande número, construindo trajectórias que estranhamente não parecem ter incluído estadias na Ásia. Sugeriu-se, a este respeito, a existência de dois espaços de circulação neste período, que, um pouco ao contrário do que teria acontecido no século XVI, não se sobrepunham. Um era atlântico, incluía o reino, o Brasil e entrepostos africanos, e outro asiático, que poderia eventualmente incluir o reino.[111] Por exemplo, entre 42 oficiais apontados para capitães de um regimento criado no Alentejo em 1645, existiam 17 com experiência militar na América, sendo que nenhum tinha aparentemente passado pela Índia.

Na frente europeia, a nova dinastia dos Bragança, confrontada com grande resistência ao recrutamento militar, recorreu também a estrangeiros e a portugueses que tinham servido os Habsburgo na Europa. O influxo de estrangeiros, gerador inevitável de conflitos com os comandantes lusos, correspondia também às necessidades de experiência em «guerra viva». Como notou Fernando Dores Costa, teriam sido alguns desses estrangeiros que comandaram

[109] Ver também Roquinaldo Ferreira, «O Brasil e a arte da guerra em Angola (séculos XVII-XVIII)», *Estudos Históricos*, n.º 39 (2007).

[110] Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), 306.

[111] Miguel Dantas da Cruz, «Imperial perceptions and circulation in the Portuguese Atlantic World (1620s-1660s)», *Itinerario*, 41, 2 (2017): 391-392.

Monárquias Ibéricas.indb 462 13/12/18 14:56

efectivamente os contingentes do reino secessionista, com a nobreza lusa a emprestar apenas a autoridade própria do seu estatuto.[112] A secessão e a guerra viriam, na verdade, a desempenhar um papel fundamental na formação de uma nova aristocracia de corte: pouco mais de meia centena de casas, comprometidas com a endogamia, e que iriam controlar os destinos políticos de Portugal praticamente até ao Liberalismo.[113]

A nova casa reinante procedeu a uma reforma institucional significativa destinada a lidar com os problemas da guerra no reino, caso do Conselho de Guerra (1640), mas também no império, caso do Conselho Ultramarino (1642). Criou-se também a Junta dos Três Estados (1643) para administrar a cobrança de tributos. Mas foi nas cortes, sobretudo com o estado dos Povos, que se determinou a contribuição fiscal necessária à manutenção das operações militares. A altura seria, na verdade, pouco propícia para tais solicitações de recursos, por muito necessários que estes fossem. As múltiplas revoltas que rebentaram um pouco por todo o império entre 1640 e 1680 mostram que a fidelidade dos povos tinha limites que não convinha testar, sobretudo para um poder real pouco seguro de si mesmo.[114]

Contra todas as expectativas, os restauracionistas, que raramente conseguiram mobilizar mais de 20 000 homens contra o poderio dos Habsburgo, acabaram por ser bem-sucedidos. Os espanhóis tinham compromissos militares mais prementes na Europa e quando decidiram fazer uso dos seus múltiplos recursos, trazendo inclusivamente terços de Flandres e Itália, foram derrotados nas batalhas do Ameixial (1663) e de Montes Claros (1665).

---

[112] Fernando Dores Costa, «A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665», em *Optima Pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, orgs. Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005), 169-190.

[113] Monteiro, «As campanhas…».

[114] Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, «O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português», em *Diálogos Oceânicos – Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*, org. Júnia Ferreira Furtado (Belo Horizonte: UFMG, 2001): 197-254.

Monárquias Ibéricas.indb 463 13/12/18 14:56

Aspectos organizacionais e normativos da administração militar da América portuguesa

Vencidos os holandeses, o Brasil retoma o estatuto de campo de batalha secundário, como fica claro na carta que o governador-geral do Estado do Brasil escreveu a Pedro de Melo, a respeito da nomeação deste para governador do Rio de Janeiro. Desdenhando o serviço naquelas paragens, Francisco Barreto de Meneses denunciou aquela indigitação, que considerava completamente incompatível com a condição social de Pedro de Melo:

> não posso de deixar de o sentir malogrado; pois em tempo que pudera ser continuado nas Guerras do Reino, ocupação da fama, o vejo ser sepultado no Brasil, escândalo do serviço de Sua Majestade […]. Permita-me a modéstia de Vossa Senhoria que fale deste modo, que lástima da diferença que há de vencer Castelhanos a lidar com Mazombos.[115]

A América portuguesa não se tornara, contudo, apenas um espaço de disputas quotidianas, ao contrário do que dizia Barreto de Meneses. Na segunda metade do século XVII o Brasil foi palco de conflitos de longa duração ora contra quilombos, sobretudo o de Palmares, ora contra indígenas. Neste último caso, ficou célebre o conjunto de enfrentamentos que se mantiveram com várias tribos de índios que resistiam à colonização portuguesa, sobretudo à expansão da pecuária para o interior da região nordeste. Frequentemente chamada Guerra dos Bárbaros, esta confrontação arrastou-se até ao

---

[115] Carta de Francisco Barreto de Meneses para Pedro de Melo de 29 de Abril de 1662, em *Documentos Históricos*, 4, 146-149. Mazombo corresponde genericamente ao *criollo* da América espanhola, *i. e.*, filho de português nascido no Brasil. Mazombo resulta muito provavelmente do desdobramento do banto «mazumba», tendo sido usado de forma pejorativa pelos africanos chegados ao Brasil e, por vezes, pelos reinóis. De acordo com a explicação de Evaldo Cabral de Mello, mazombo «seria etimologicamente o donzelo, isto é o delicado, o apaparicado, não necessariamente na aceção de tendência sexual mas de estilo de vida, que o apartava do trabalho manual ou trabalho tout court próprio dos escravos». De qualquer forma, e como o mesmo historiador sublinhou, nas últimas décadas de Seiscentos o vocábulo foi reapropriado pelas elites locais cada vez mais entrincheiradas, que o converteram num poderoso símbolo de distinção. Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates – Pernambuco (1666-1715)* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), 137.

Monárquias Ibéricas.indb 464 13/12/18 14:56

início do século XVIII e ficou marcada por um grau de violência e de crueldade de forma alguma ausente de outros espaços de confronto entre europeus e ameríndios.[116] Tratou-se de uma guerra de extermínio, como lembrou Pedro Puntoni,[117] com os portugueses a saírem vencedores apenas quando perceberam que só podiam triunfar com tropas habituadas às condições do território. De resto, tinham sido também os paulistas, frequentemente identificados como mamelucos porque descendiam de índios e de brancos, que derrotaram Palmares. Depois de muitas expedições falhadas, o governador-geral Francisco Barreto de Meneses mobilizou, pela primeira vez, paulistas com o propósito de derrotar os então chamados tapuias. Tratava-se de tirar partido da sua reconhecida experiência nas artes da guerra sertaneja, grandemente desenvolvidas ao arrepio da ortodoxia militar da Europa moderna. Seguia-se, em grande medida, o caminho da mimetização de técnicas de guerrilha locais, baseadas em rápidas emboscadas e ataques-surpresa. Importa referir que o serviço nesta guerra, ainda que remunerado pela coroa (inclusivamente com insígnias das ordens militares), era pouco compatível com o imaginário marcial metropolitano, modelado pela sensibilidade aristocrática de Seiscentos e posteriormente também de Setecentos. A guerra dos «punhos de renda», estudada por Rui Bebiano,[118] não teve lugar no Novo Mundo.

A coroa, pela sua parte, acabou por criar condições que facilitavam a resposta militar às incursões de indígenas. Ao contrário do que acontecia em conflitos com outros adversários, nomeadamente com potências europeias, a decisão de ir para a guerra poderia ser tomada no local. Tudo estava dependente da justeza da guerra, que podia ser declarada pelos principais membros da administração colonial, desde que observados os requisitos considerados indispensáveis ao legítimo uso da força.[119]

---

[116] Ver, por exemplo, Harold Selesky, «Colonial America», em *The Laws of War – Constrains on Warfare in the Western World*, eds. Michael Howard *et al. (*Londres/Yale: Yale University Press, 1994), 59-85.

[117] Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720* (São Paulo: Hucitec, 2002), 45.

[118] Rui Bebiano, *A Pena de Marte. Escrita de Guerra em Portugal e na Europa (Sécs. XVI-XVIII)* (Coimbra: Minerva, 2000).

[119] Desde Cícero à *Summa theologiae*, de Tomás de Aquino, muitos autores se debruçaram sobre os requisitos necessários para declarar guerra justa. Por exemplo,

Monárquias Ibéricas.indb 465 13/12/18 14:56

Na segunda metade do século XVII, depois de vencida a WIC, procedeu-se também a uma reforma dos efectivos militares do território, não sem alguns desentendimentos.[120] A organização militar da América portuguesa – a tipologia das forças – ficou também praticamente definida nesta altura, depois da introdução dos corpos auxiliares. As chamadas milícias juntaram-se, ainda que de forma gradual, às tropas regulares ou de primeira linha e às ordenanças. Formavam o tripé fundamental do sistema militar português, que no Novo Mundo era enriquecido com outras forças irregulares, como era o caso dos capitães de mato, criados com o propósito de capturar escravos fugidos.[121]

Os corpos de ordenanças, que foram estabelecidos pelo Regimento dos Capitães-mores, de 1570, como se viu acima, constituíam essencialmente uma reserva de recrutamento. Também no Brasil eram alistados todos os homens que tivessem mais de 18 e menos de 60 anos, ficando subordinados a um capitão-mor escolhido entre as «pessoas principais das terras». Homens sem instrução militar sistemática, e sem direito a soldo, as ordenanças foram sobrestimadas pela historiografia lusa de pendor nacionalista, que viu nelas uma singularidade portuguesa, um sinal da propensão marcial da população e do seu indelével amor à pátria.[122] No Brasil, no entanto, o seu papel foi decisivo no governo do território, contribuindo para a imposição da ordem jurídica e administrativa, como notou Caio Prado Júnior.[123] Tornaram-se, na verdade, num elemento fundamental na estruturação hierárquica da sociedade colonial. A este respeito, é significativo

---

para Balthazar Ayala, um influente jurista espanhol do século XVI, estes incluíam: «a defesa própria ou de um aliado», «recuperar do inimigo aquilo que ele detinha pela força ou injustificadamente», «a vingança por algo que tenha sido injustificadamente infligido», quando um vizinho rejeita a marcha pacífica de um exército, e a necessidade de reprimir a rebelião e a rebeldia. Geoffrey Parker, «Early Modern Europe», em *The Laws of War – Constrains on Warfare in the Western World*, eds. Michael Howard *et al.* (Londres/Yale: Yale University Press, 1994).

120 Mello, *A Fronda dos Mazombos...*, 35-38; Kalina Vanderlei Silva, «Francisco de Brito Freyre e a Reforma Militar de Pernambuco no século XVII», em *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*, org. Paulo Possamai (São Leopoldo: Oikos, 2012).

121 Alencastro, *O Trato dos Viventes…*, 345.

122 Fernando Dores Costa, *Insubmissão – Aversão ao Serviço Militar no Portugal do Século XVIII* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010).

123 Caio Prado Júnior, *A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (São Paulo: Brasiliense, 1994 [1942]).

Monárquias Ibéricas.indb 466 13/12/18 14:56

que a Lei do Diretório dos Índios de 1757 determinasse o estabelecimento de ordenanças nas novas vilas, a serem criadas a partir das aldeias indígenas. Tal como no reino, as patentes de ordenanças constituíram ainda uma plataforma de nobilitação, em especial de capitão para cima, gerando inumeráveis disputas entre homens que buscavam símbolos de distinção social.[124]

Introduzidos no reino em 1645, face à ineficácia das ordenanças no teatro de operações ibérico, os auxiliares viram a sua implementação no Brasil várias vezes impedida. Numa dessas vezes, na Baía durante o governo de D. João de Lencastre (1694-1702), porque ameaçavam absorver os homens entretanto incluídos nas ordenanças.[125] O serviço nos auxiliares garantia direito a soldo, ainda que apenas durante o serviço na frente de combate, para onde poderiam ser mobilizados (ao contrário do que acontecia com as ordenanças). Os terços estavam organizados em base territorial – comarcas e freguesias – mas também por categoria da população: brancos, negros, pardos, ricos, comerciantes, nobres, etc. Os procedimentos de nomeação eram essencialmente controlados pelos governadores, autorizados a prover todos os postos, sem excepção, devendo os providos requerer no Conselho Ultramarino a sua confirmação. Desenvolvimentos subsequentes, inspirados na prática reinol, exigindo-se por exemplo o envio de lista com candidatos para Lisboa, dificilmente terão sido observados.[126]

As tropas de primeira linha, cujo número era reduzido, existiam sobretudo para defesa contra potências estrangeiras. Recebiam soldo, embora quase nunca atempadamente, e eram recrutadas, muitas vezes à força, quer no reino, quer no território ultramarino. Mais ainda do que com as ordenanças, as nomeações para os postos destas tropas resultaram em grandes conflitos jurisdicionais entre governadores,

---

[124] Conflitos que a coroa procurava atalhar por meio de regulamentação nem sempre bem-sucedida. José Eudes Gomes, *As Milícias D'El Rey – Tropas Militares e Poder no Ceará Setecentista* (Rio de Janeiro: FGV, 2010), 108-110.

[125] A primeira experiência americana com auxiliares ocorreu com Francisco de Brito Freire, que os introduziu em Pernambuco no início da década de 1660. Seriam desmobilizados em 1663. Mello, *A Fronda dos Mazombos…*, 37. Sobre a desmobilização da Baía, de 1707, ver Carta régia de 17 de Janeiro de 1704, anexa à consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Julho de 1706, AHU, Bahia – Avulsos, cx. 5, doc. 24.

[126] Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de Novembro de 1745, AHU, Rio de Janeiro – Avulsos, cx. 44, doc. 130; cx. 47, docs. 56-58.

Monárquias Ibéricas.indb 467 13/12/18 14:56

e em nenhum caso isso foi mais claro do que em Pernambuco, onde já havia uma grande tradição de autonomia.[127] Note-se que os governadores desta ex-capitania-donataria herdavam o título de mestre-de-campo general do Brasil (de todo o Brasil), que ostentaram durante a guerra com os protestantes e que lhes conferia grande autonomia em matéria de provimentos. A autoridade simbólica associada ao cargo não era irrelevante, e dela se dava conta aos governadores-gerais e aos vice-reis como contraponto à sua agenda centralizadora. Não foi por acaso que o conde de Óbidos, que dizia estar mandatado para «governar este estado com toda a superioridade, jurisdição e poder»,[128] retorquiu que esse era um poder «místico»,[129] *i. e.*, irreal e desajustado. Alguns anos antes, o governador-geral Francisco Barreto de Meneses (ele próprio um ex-governador de Pernambuco entre 1654 e 1657) chegou a ordenar a invasão da antiga capitania dos Albuquerque Coelho. Tal era o nível da sua frustração com André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco e ex-camarada das guerras com os holandeses.

O governo-geral na Baía manteve uma disputa semelhante com o Conselho Ultramarino, que começou a insistir na abertura de concursos para provimento de postos superiores.[130] A solução administrativa era controversa pois esvaziava o poder do administrador colonial, que passaria a limitar-se a encaminhar para Lisboa uma lista não-vinculativa dos candidatos ao posto vago. De acordo com diversas disposições normativas, como o Regimento das Fronteiras (mandado observar no Brasil em 1653) ou como o Regimento de Costa Barreto (1677), era ao tribunal criado por D. João IV que cabia proceder à consulta final ao monarca. A longo prazo, esta solução terá prejudicado aqueles que já serviam no território americano, pois ela alargava o universo dos nomeáveis àqueles que respondiam aos editais em Lisboa. Ainda que essencialmente inócuos do ponto de vista da lealdade aos Bragança, existem sinais evidentes de frustração entre elites locais que viam os postos principais serem recorrentemente preenchidos por homens chegados do reino.[131] O contingente

[127] Ver, por exemplo, Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros…,* 183-186.

[128] Alvará de 21 de Junho de 1663, *Documentos Históricos*, 5, 370-374.

[129] Carta do conde de Óbidos de 26 de Abril de 1664, *Documentos Históricos*, 9, 162-167.

[130] Cruz, *Um Império de Conflitos…*, 337-343.

[131] Miguel Dantas da Cruz, «A nomeação de militares na América portuguesa: tendências de um império negociado», *Varia Historia*, vol. 31, n.º 57 (2015): 690-691.

Monárquias Ibéricas.indb 468 13/12/18 14:56

reinol terá sido ainda favorecido por conta da crescente penetração da ortodoxia militar europeia na cultura militar portuguesa e da consequente valorização da experiência nos campos de batalha do Velho Mundo. No início do século XVIII, essa experiência seria certamente mais comum entre aqueles que serviram nos teatros de operações da Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1715) e que respondiam depois ao edital aberto em Lisboa para postos vagos na América.

Toda esta estrutura militar era essencialmente suportada pelas câmaras municipais, que para isso assumiam a cobrança e administração de impostos régios. Pode dizer-se que os compromissos alcançados durante as guerras com os holandeses pressupunham uma transferência de funções da coroa para os poderes locais do Brasil, tendo sido provavelmente um outro sinal do já chamado «retrocesso no processo de territorialização do Estado».[132] Nas negociações que tiveram lugar, o senado de Salvador chegou a exigir a permanência do exército no território baiano, que daí não poderia ser removido pela coroa.[133] Este modelo de financiamento era criticado desde a década de 1670 e acabaria por ser desmantelado no início do século XVIII. A mudança começou na Baía, no seguimento dos Motins do Maneta (1711), quando a cumplicidade dos militares com a população revoltada provocou evidente incómodo no Conselho Ultramarino. Nessa altura falou-se mesmo em fazer rodar os corpos militares, de forma a evitar afinidades indesejadas com a população.[134]

Outras medidas visando a modernização da administração militar foram, entretanto, postas em prática durante o reinado de D. João V,[135] que se iniciou com o retorno de Portugal a um grande conflito europeu, no caso a Guerra da Sucessão de Espanha. Para além da frente peninsular, e da muito publicitada tomada da capital espanhola por um exército português, em 1706, a guerra teve uma frente no Brasil, onde os franceses assaltaram com sucesso o Rio de Janeiro, em 1711.

---

[132] Álvaro Ferreira da Silva, «Finanças Públicas», em *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. I, *O Século XVIII*, orgs. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005), 244.

[133] Termo dos oficiais da Câmara de São Salvador da Bahia, de 14 de Julho de 1652, *Documentos Históricos*, 79, 355-356.

[134] Cruz, *Um Império de Conflitos…*, 230-231.

[135] Graça Salgado, *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985), 97-112.

Monárquias Ibéricas.indb 469 13/12/18 14:56

Das reformas pombalinas à independência do Brasil

O envolvimento de Portugal na fase final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) fez reacender a rivalidade luso-espanhola na Península Ibérica e também na América, onde a redefinição de fronteiras, estipulada no Tratado de Madrid de 1750, foi, entretanto, posta de parte. Voltava tudo à forma anterior, com excepção da devastação entretanto causada pelos ibéricos aos Sete Povos das Missões em 1756. A ofensiva desencadeada pelo governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, em 1762, contra a Colónia do Sacramento – enclave português na margem norte do Rio da Prata – deu início a quinze anos de guerra intermitente e muitas vezes não declarada entre os dois países.[136] Durante esse período assistiu-se a um esforço sem precedentes de reorganização da defesa do Brasil, especialmente da rica região meridional. A sede do império foi simbolicamente transferida para o Rio de Janeiro em 1763, como que para sinalizar as novas prioridades políticas da coroa. Um cordão de fortificações foi estabelecido no interior do continente, no seguimento de várias viagens de exploração, com o intuito de demarcar as fronteiras do território português. Essas fortificações, espécie de «muralhas do sertão»,[137] estendiam-se do Rio Grande do Sul à bacia do Amazonas e, na falta de outros sinais de ocupação efectiva, constituíam testemunhos visíveis de soberania. Igualmente importante foi a chegada ao Rio de Janeiro de três regimentos provenientes do reino (Bragança, Moura e Estremoz), e comandados pelo intransigente general Böhm, que tinha chegado a Portugal na companhia do conde Lippe.

Este reforço do dispositivo militar é significativo, e não apenas por duplicar o número de tropas pagas na capital do Estado do Brasil (o contingente de regulares compunha-se de 4165 homens, quando completo).[138] A sua proveniência e o treino a que teriam sido sujeitos volta a sugerir a preferência por um determinado tipo de saber mar-

[136] Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil, with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-77* (Berkeley: University of California Press, 1968), 96-194.

[137] Ângela Domingues, *Quando os Índios Eram Vassalos. Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII* (Lisboa: CNCDP, 2000), 199 e segs.

[138] Listas do estado da tropa do Rio de Janeiro, inseridas no ofício do general Böhm de 19 de Novembro de 1770, AHU, Rio de Janeiro – Avulsos, cx. 91, doc.

Monárquias Ibéricas.indb 470 13/12/18 14:56

cial eurocêntrico, em detrimento de soluções mais locais. A presença de Lippe em Portugal, e as reformas impostas pelo alemão, daí em diante consideradas uma espécie de apogeu da história militar portuguesa,[139] só teriam reforçado o gosto pelo modelo militar europeu, e especialmente pelo prussiano.[140] No entanto, essa predilecção continuava a coexistir paradoxalmente com a noção de que tais tropas seriam desadequadas aos cenários de guerra do Novo Mundo, onde não abundavam oportunidades para grandes confrontações de infantaria. Para o marquês de Pombal, as tropas regulares pouco poderiam alcançar no extremo sul da América, por conta da sua dependência de linhas de abastecimento sempre ameaçadas. Como António Vieira, mais de 100 anos antes, Carvalho e Melo notou que aquela era uma guerra «de insultos vagos, e de emboscadas, e surpresas por caminhos incógnitos», acrescentando, igualmente à imagem do jesuíta, que para ela «são muito mais aptos os Naturais desses Países».[141]

Continuava, portanto, a reconhecer-se a eficácia de certos grupos locais na condução da guerra pelas matas, cerrados e canaviais do Brasil, sendo especialmente valorizados os paulistas. Em carta para o marquês do Lavradio, Sebastião de Carvalho e Melo recomendava uma guerra indirecta, uma «guerra contra os mantimentos, e comboios de Munições de Boca dos […] Castelhanos», a ser levada a cabo por «Tropas ligeiras, Partidos de Paulistas, e Sertanejos».[142] Nas ordens transmitidas ao morgado de Mateus, quando este seguiu como governador para a capitania de São Paulo em 1765, escrevia-se que «os paulistas» eram «o flagelo dos Castelhanos, e os que com muita facilidade dilatarão os domínios de Sua Majestade»,

---

7976.

[139] Costa, *Insubmissão…*, 274.

[140] Isto numa altura em que o modelo prussiano, e as suas tácticas, começavam a mostrar-se ultrapassadas. O futuro do campo de batalha ia deixar de ser dominado por formações lineares, movimentando-se lentamente. Como austríacos e russos tinham começado a mostrar logo na Guerra da Sucessão da Áustria (1740-1748), as formações organizadas em profundidade, a coluna, encerravam algumas vantagens, a começar pela maior capacidade de choque. Ver Jeremy Black, *European warfare in a global context, 1660-1815* (Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007), 78-92.

[141] Carta do marquês de Pombal para o conde da Cunha de 26 de Janeiro de 1765. Marcos Carneiro Mendonça, *Século XVIII – Século Pombalino do Brasil* (Rio de Janeiro: Xerox, 1989), 425-427.

[142] Carta do marquês de Pombal para o marquês do Lavradio de 6 de Abril de 1775, Mendonça, *Século XVIII…*, 632-633.

Monárquias Ibéricas.indb 471 13/12/18 14:56

recomendando-se, portanto, o fomento de «esta sua natural inclinação para que continuem estes utilíssimos progressos».[143] Fica evidente a persistência da visão estereotipada que o imaginário marcial português reservava para os paulistas: um elemento produzido pela sociedade colonial que lhe parecia viver entre a barbárie e a civilização.[144] Como sempre, estes, os paulistas, deveriam ser aliciados por meio de mercês régias, postos e doações de terras.[145]

O reconhecimento da eficácia militar de forças semi-regulares no Brasil estendia-se, no entanto, a outras unidades auxiliares, mais ou menos estruturadas, e frequentemente compostas de indígenas, negros livres e mestiços. Com o reatar das operações no Rio Grande do Sul, em 1774, Lisboa lembrou as vantagens de recorrer aos homens do já referido regimento de Henrique Dias, de Pernambuco, «descendentes», segundo Pombal, «de heróis tão grandes como foram o preto Henrique Dias e o pardo D. António Felipe Camarão». Haveria, talvez, a expectativa de que aqueles elementos estranhos à cultura militar europeia pudessem surpreender e desestabilizar a solidez das formações espanholas. Projectar-se-ia subconscientemente nos espanhóis o receio daqueles homens negros, índios e mestiços, que se consideravam mais selvagens e menos constrangidos pelas leis da guerra, até porque seriam supostamente desprovidos do treino ou disciplina determinada nos manuais militares europeus. Como tem sido demonstrado à saciedade, desde o incontornável Edward Said ao mais recente

---

[143] Citado por Enrique Peregalli, *Recrutamento Militar no Brasil Colonial, Campinas* (UNICAMP, 1986), 45.

[144] Sobre a construção do mito dos paulistas, ver Adriana Romeiro, *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas – Idéias, Práticas e Imaginário Político no Século XVIII* (Belo Horizonte: UFMG, 2008).

[145] Num dos momentos críticos da campanha do Rio Grande de São Pedro, determinou-se despachar os paulistas «como Tropas Pagas deste Reino, com Hábitos e Tenças, sem embargo do Regimento das Mercês [de 1671]». Carta do marquês de Pombal para o conde da Cunha de 26 de Janeiro de 1765, Mendonça, *Século XVIII…*, 422-425. A coroa estaria, portanto, pronta a ignorar as restrições de uma adição de 1706 ao Regimento da Mercês que excluiu os oficiais das ordenanças (em que se poderiam incluir genericamente os oficiais dos partidos de paulistas) do despacho de mercês, excepto quando os serviços fossem realizados em guerra viva. A decisão era, contudo, capciosa, pois ignorava, propositadamente ou não, uma outra disposição de 1707 que exceptuou os oficiais das ordenanças do Brasil do âmbito de aplicação dessa legislação de 1706. Olival, *As Ordens Militares…*, 133-134.

Monárquias Ibéricas.indb 472 13/12/18 14:56

Benjamin Schmidt,[146] a crueldade e a violência foram aspectos essenciais na construção e representação do «outro» por parte dos europeus, e os portugueses não seriam diferentes. Terá sido essa percepção que Pombal revelou ao afirmar: aqueles soldados negros «obrarão maravilhas contra os Castelhanos».[147]

Pela mesma altura sugeriu-se a cooptação geral de escravos para a defesa de Minas Gerais, entretanto desguarnecidas pela mobilização de outras tropas para sul; [148] tudo em prol de uma estratégia articulada de defesa do território, para a qual todas as capitanias contribuiriam.[149] O plano não constituía propriamente uma novidade: havia muito que elites locais utilizavam escravos armados nos seus séquitos para reforçar o prestígio da sua posição social.[150] Sabemos também que muitos senhores recorriam aos seus escravos para acertar contas entre si. Muitos conflitos, sobretudo na região aurífera de Minas Gerais, eram inclusivamente resolvidos por pequenos «exércitos» de escravos armados.[151] O plano proposto pelo marquês do Lavradio era, contudo, muito problemático: para além de conter uma escala de ambição desmesurada que assustou o seu congénere de Minas, encerrava uma controversa intromissão do Estado em assunto da esfera privada. Uma coisa era o uso particular de escravos, outra, muito diferente, era uma requisição forçada levada a cabo pelas autoridades coloniais, que seriam inevitavelmente confrontadas com vários problemas, a começar por direitos de propriedade ou o estatuto jurídico do escravo-soldado.[152]

---

[146] Benjamin Schmidt, *Inventing Exoticism – Geography, Globalism, and Europe's Modern World* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2015).

[147] Carta do marquês de Pombal para o marquês do Lavradio de 9 de Maio de 1775. Mendonça, *Século XVIII…*, 635-639.

[148] Carta do marquês de Lavradio para António de Noronha de 20 de Junho de 1775. Marquês do Lavradio, *Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776* (Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura e Instituto Estadual do Livro, 1978), doc. 535, 160-161.

[149] Ver, por exemplo, Alden, *Royal Government…*

[150] João Fragoso, «A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa», *Tempo*, vol. 8, n.º 15 (2003): 14.

[151] Ver, entre outros, Hendrik Kraay, «Arming slaves in Brazil from the Seventeenth Century to the Nineteenth Century», em *Arming Slaves – From Classical Times to the Modern Age*, eds. Christopher Brown e Philip Morgan (New Haven/Londres: Yale University Press, 2006), 151-152.

[152] Kraay, «Arming slaves in Brazil…», 154-155.

Monárquias Ibéricas.indb 473 13/12/18 14:56

Permaneciam, adicionalmente, resistências à integração plena destes grupos na estrutura militar portuguesa. Alguns administradores coloniais mostravam-se muito hostis à sua incorporação nos corpos de primeira linha. Por exemplo, nas instruções dadas ao conde de Azambuja, governador de Mato Grosso, escrevia-se que os dragões (género de infantaria montada) deveriam ser apenas compostos de brancos. Os «mulatos» ou aqueles que não fossem suficientemente brancos deveriam ser incorporados nas tropas irregulares, como pedestres ou aventureiros.[153] Esta distribuição é particularmente evidente na organização militar da capitania de Mato Grosso, uma sociedade de fronteira, na segunda metade de Setecentos. Aí, para além dos dragões e de várias companhias de milícias e de ordenanças, cuja composição racial não se especifica, existia uma companhia de negros, outra de pardos, outra de índios Bororos, outra de soldados aventureiros, de milícias e de ordenanças.[154] Num certo sentido, ainda que o serviço militar oferecesse condições para a ascensão social de alguns destes grupos, a própria tipologia das unidades, e sua inerente hierarquia, confirmava dinâmicas de discriminação racial. Tais ambições estariam, contudo, frequentemente condenadas ao fracasso, como reconheceu Lavradio a respeito dos soldados que lhe chegavam da Baía: «estas gentes [recrutadores] não têm tido cuidado, senão em ir fazendo o número de recrutas, porém uma grande parte é tal que se Vossa Excelência [governador da Baía] tivesse tempo de os ver, certamente não consentiria que eles viessem». Seriam, em seu entender, «tão sumamente negros, e encarapinhados, que pouca diferença fazem dos que puramente são pretos». Aparentemente, o general Böhm não os queria sob o seu comando, referindo «que El-Rei o não tinha feito general de negros».[155] De resto, o general era genericamente hostil ao sistema militar português na América, que combinava tropas de primeira linha com uma miríade de outros corpos, que, em sua opinião, nem eram militares, nem eram civis. O alemão

[153] Instruções relativas à criação da capitania de Mato Grosso passadas pelo conde da Azambuja para D. João Pedro da Câmara de 8 de Janeiro de 1765. Kraay, «Arming slaves in Brazil…», 148.

[154] Nauk Maria de Jesus, «Para uma história da organização militar na Capitania de Mato Grosso», em *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*, org. Paulo Possamai (São Leopoldo: Oikos, 2012), 318.

[155] Carta do marquês do Lavradio a Manuel da Cunha de Meneses de 23 de Novembro de 1774. Lavradio, *Cartas do Rio de Janeiro…*, 150-152.

Monárquias Ibéricas.indb 474 13/12/18 14:56

era um militar profissional, que, como notou Vitor Izecksohn, teria dificuldades em entender uma política destinada a tirar proveito das populações locais, a despeito do seu estatuto, raça ou condição.[156]

Para as elites brancas naturais da América haveria menos obstáculos, existindo dados, ainda que não exaustivos, para a Baía da década de 1750 e para São Paulo da década de 1770, que sugerem a abertura do corpo de oficiais de primeira linha a estes colonos.[157] E isto numa altura de evidente valorização da carreira. Lembre-se que em 1763, e novamente em 1767, a condição dos oficiais superiores do exército regular da monarquia foi oficialmente equiparada à dos magistrados (por exemplo, um brigadeiro foi equiparado a um desembargador do paço).[158] A americanização ou o abrasileiramento do corpo de oficiais do exército neste período foram ainda favorecidos por mecanismos de nomeação menos burocratizados que a coroa foi mandando observar durante o século XVIII. Os estereótipos que se alimentavam relativamente aos homens nascidos no Novo Mundo, e que não deixaram de se manifestar em Portugal,[159] seriam para todos os efeitos irrelevantes. A obrigação de prover oficiais de capitão para cima necessariamente por via de concurso, e que alargava por defeito o universo dos nomeáveis àqueles que respondiam ao edital na porta do Conselho Ultramarino, começou a desaparecer com a indigitação do 3.º vice-rei do Brasil, já em 1714. Apesar de indisfarçáveis hesitações, D. João V conferiu ao marquês de Angeja o direito de prover *in loco* todos os postos que vagassem por delito grave ou morte do anterior ocupante.[160] Este aumento da jurisdição da principal autoridade colonial, delegada nos seus sucessores (com excepção do conde de Vimieiro), foi alargada posteriormente a Gomes Freire de Andrade nas capitanias do sul.[161] Livre de delongas burocráticas adicionais

---

[156] Vitor Izecksohn, «Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros», em *O Brasil Colonial 1720-1821*, de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014), 508.

[157] Cruz, «A nomeação de militares…», pp. 673-710.

[158] Resolução do Conselho de Estado de 8 de Março de 1763, confirmada por um decreto de 11 de Novembro de 1767, em *Repertório Remissivo da Legislação da Marinha e Ultramar*, 1856, 350.

[159] Stuart Schwartz, «Formation of Identities in Brazil», em *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*, eds. Nicholas Canny e Anthony Pagden (Princeton: Princeton University Press, 1987), 21.

[160] Cruz, *Um Império de Conflitos…*, 346-347.

[161] Cruz, *Um Império de Conflitos…*, 380-382.

Monárquias Ibéricas.indb 475 13/12/18 14:56

em Lisboa, o preenchimento de postos de oficiais passou a fazer-se exclusivamente com recurso àqueles que já se encontravam a servir na América (aí nascidos ou fixados). É certo que em 1767 se reintroduziu a interferência de Lisboa no processo de selecção,[162] mas sem consequências de maior para o universo dos nomeáveis, visto que a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, que deveria receber as propostas enviadas pelos governadores, não abria concursos para os militares que estivessem naquele momento no reino. Nesse sentido, servia essencialmente para sancionar as escolhas previamente feitas no território americano.

No final do século XVIII, a americanização da hierarquia militar provocou algum desconforto. De acordo com uma advertência escrita no Rio de Janeiro, a coberto de um pseudónimo, havia uma hostilidade indisfarçável entre os oficiais «filhos da Europa» e os oficiais «Nacionais Americanos». Tudo estaria em risco, até porque, segundo o delator, quase todos os regimentos tinham «mais gente da América que da Europa». Todos os regimentos estavam cheios de «cadetinhos americanos, que sem justificarem os requisitos da lei, foram mandados despoticamente reconhecer por tais».[163] O alarmismo terá sido desvalorizado em Lisboa. Na verdade, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que na sua famosa «Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade», chamou a atenção para «o inviolável e sacrossanto princípio da unidade [...] de que o Português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português»[164], fez promulgar legislação propositadamente destinada a favorecer os naturais do lugar onde a tropa se encontrava aquartelada.[165]

---

[162] Ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 10 de Fevereiro de 1768. AHU, Bahia – Castro Almeida, cx. 45, doc. 8466.

[163] Memória de Amador Patrício Portugal de 4 de Março de 1790, citado por Miguel Dantas da Cruz, «A americanização do universo militar fluminense em tempos de desagregação identitária. As inquietações de Amador Patrício de Portugal (1790)», *Revista Fontes*, n.º 2 (2015): 70-80.

[164] Rodrigo de Sousa Coutinho, «Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América», em *D. Rodrigo de Sousa Coutinho: Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*, org. André Mansuy-Diniz Silva (Lisboa: Banco de Portugal, 1993), 49.

[165] Manuel Amaral, «As tentativas de reforma do Exército, no interior de um projecto global de reformas da sociedade portuguesa de finais do Antigo Regime», em *A Guerra Peninsular, Perspetivas Multidisciplinares* (Lisboa: CPHM-CEAP, 2008), II, 355-374.

Monárquias Ibéricas.indb 476 13/12/18 14:56

A chegada da corte ao Brasil em 1808 produziu alterações significativas na organização militar do território, a começar pela proliferação de novas instituições, como o Ministério da Guerra (desmembrado do Ministério dos Negócios Estrangeiros), o Conselho Superior Militar, o Arquivo Militar e a Academia Real Militar.[166] Por outro lado, e apesar da chegada de militares da ex-metrópole e de estrangeiros, as famílias locais aumentaram o seu envolvimento no exército, concorrendo, assim, para o reforço dos laços da monarquia com os súbitos da nova sede do império. É aliás significativo que a maioria dos corpos tivesse tomado o partido de D. Pedro, primeiro imperador do Brasil, aquando da proclamação da independência. A excepção foi a divisão de voluntários reais, unidade composta de muitos veteranos das Guerras Napoleónicas, que tinha sido mobilizada para o Brasil em 1815 na sequência das campanhas nas províncias do Rio da Prata. Então, como tinha acontecido várias vezes ao longo dos séculos anteriores, a coroa deu sinais de continuar a preferir a experiência militar adquirida nos campos de batalha do Velho Mundo, mesmo que esta se revelasse desadequada ao cenário do Atlântico Sul.

[166] Izecksohn, «Ordenanças, tropas de linha…», 509.

Monárquias Ibéricas.indb 477 13/12/18 14:56